

Jango

MENSAL • Preço Kz 500.00

Director: *Dario de Melo*

Fundador: *David Bernardino*

Ano I • N.º 7 21.01.93

S.O.S. HUAMBO

Huambo, a nossa cidade, é já a memória passada de uma cidade que houve.

Terra de escombros e cemitério de gentes.

Não será tanto como dizem os jornais a Beirute de Angola, porque talvez seja de justiça, chamar a Beirute, o Huambo do Próximo Oriente.

O Huambo, a nossa terra, a nossa cidade, é um ponto, um sinal no mapa de Angola e um sentimento de mágoa profunda nos nossos corações.

Mágoa que não dá para chorar, mas para reconstruir.

Mágoa que não dá para esquecer, mas para fazer lembrar hoje mais do que nunca, que por detrás de cada pedra caída, de cada casa ruída e rebentada, há um povo (ainda há um povo) todo nosso, particularmente nosso, absolutamente nosso, que necessita do pão que não come, da saúde que não tem, da paz que a custo irá ser conseguida.

É para este povo sobrança da nossa cidade que buscamos auxílio.

Se preciso é libertar, tão necessário como isto é não deixar morrer de fome. Vestir os nús também. Abrigar (sabe Deus onde!) os sem casa que são todos. Sarar os feridos, proteger as crianças, acarinhar os orfãos. Exigir do Governo um programa imediato de emergência e que não seja tão só, uma coisa que se faça e apareça, sabe-se lá quando, depois da paz conquistada.

A fome não espera. A doença não aguarda quando a morte espreita. É preciso reconstituir toda a administração pública e ter governador que governe e equipas de médicos e professores que avancem e secretários de Estado e ministros que, imediatamente e no terreno, orientem e garantam, sem promessas nem televisão.

Vamos preparar-nos todos — huambinos ou não — para dar ao povo do Huambo o pouco que podemos.

Sabemos quanto nos sobra para dar; infelizmente, não podemos saber quantos sobrarão para receber.

A Democracia que (não) temos

Falando claro: em pouco menos de quatro meses conseguimos destruir muito mais que em dezasseis anos de guerra constante, impiedosa e sistemática.

Se antes se derruíram pontes, se intransitaram estradas, se isolaram municípios, se arruinaram escolas e hospitais, são hoje cidades inteiras que se escombram, milhares de civis (para lá dos militares) que se matam, centos e centos de crianças que se afectam, um número cada vez menos calculável de refugiados e feridos que se (não) socorrem e, outro tanto de gente que se vê todos os dias confrontada e suspensa entre o espectro da fome e a eminência da morte.

Pode dizer-se que se em dezasseis anos mantivemos uma guerra, em pouco mais de um trimestre inventámos uma catástrofe.

E não é tão simples que tudo isto aconteça, porque entre angolanos, uns são os que se sentem legitimamente obrigados à defesa da democracia e da ordem e outros, os que se julgam defraudados por um resultado eleitoral que lhes não foi favorável e se recusam a aceitar.

No fundo, isto acontece, porque houve uma evidente cumplicidade internacional «anti-comunista» que entendeu fechar os olhos à desmobilização que uma das partes não realizou. Que alertada para o facto de existir um exército de reserva concluiu (dois meses depois) que ele realmente não existia. Que inseriu todos os assassinatos que aconteceram (e foram centenas), todas as ocupações militares que se fizeram (e terão sido dezenas e dezenas) no capítulo genérico e desimportante dos acidentes de percurso. Isto para não falar das zonas interditas à livre circulação e outras tantas irregularidades que, se eram evidências para quem via, se transformavam em simples precalços para quem precisava não ver.

Tudo isto acontece e aconteceu porque a um Partido de «combatentes anticomunis-

tas», com um largo espectro de credibilidade no mundo ocidental, se opunha um Movimento, teoricamente vermelho que, ou cumpria integral (razando muitas vezes o próprio suicídio) as regras do jogo democrático, ou ver-se-ia confrontado com a acusação imediata de querer continuar como partido único.



Tudo isto acontece e aconteceu porque, conscientemente, se confundiu «neutralidade» com não acusação e se desculparam crimes sobre crimes, com a justificação de que, o importante, era salvaguardar e privilegiar a via do diálogo.

Do mesmo modo, para o Governo norte-americano, como representante de uma democracia que se acredita adulta, como mandante maior de uma ordem internacional que se pretende justa, neutralidade sempre significou ajuda a quem, virando costas à democracia, tentou (e tenta) impôr pelas armas um direito que o voto lhe não concedeu.

Apesar dos protestos de uma eventual condenação, a Vorgan continua (ilegalmente) a utilizar frequências que lhe são cedidas pela Voz da América e o sofisticado sistema de comunicações militares via satélite é igualmente disponibilizadas pelo Governo americano.

Tudo isto acontece e aconteceu porque a democracia que nos foi trazida nem tanto

terá sido a intenção de ser «remédio» para as nossas necessidades, mas o propósito de vir a ser o «veneno» seguro, mortal e infalível para exorcizar e exterminar comunistas. Os tais que, como os morcegos, não suportariam as claridades resplandescentes e gloriosas da liberdade democrática.

dimento do «ocidente» democrático, perfeita e legitimamente passível de um comércio de boas vontades aqui. Assim como quem diz, chamando as coisas pelo seu próprio nome — o que para «branco» é, para «preto», embora sendo, pode ser que talvez seja.

E negociar o quê, perguntamos nós? A vitória para que se transforme em empate, ou a legalidade e a justeza democrática que é, em si mesma, intangível e inegociável?

E, abria aqui um pequeno parêntese para perguntar ao Senhor Primeiro Ministro (e, possivelmente, ao seu Partido) se é democrático, se é inclusivamente de suas atribuições, mandar a Unita para que escolha indivíduos que possam preencher pastas no seu Governo?

Não está em causa (muito pelo contrário) a escolha da qualidade, da competência, do saber e da honestidade que bem governa este País, independentemente dos partidos e outras demais diferenças. O que unicamente pomos em dúvida e relutamos pensar que seja legal é que, poderes de escolha que são constitucionalmente seus, possam ser partilhados por delegação com qualquer outra pessoa.

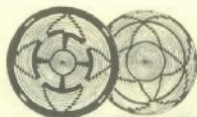
Gesto de boa vontade será (ou terá sido) mas hoje, depois de quanto temos estado sujeitos, se dialogar será (e é) um imperativo que se impõe como tentativa de salvar a Unita como força maior e absolutamente necessária à oposição, manter guardados para ela quaisquer lugares no governo

(Continua na página 5)

DESTACAMOS

Este número do Jango presta uma atenção especial a violência exercida sobre a mulher na nossa sociedade (pág. 2). Como trabalho inédito sobre a problemática no ensino nacional pós-independência poderá ser encontrado nas centrais. Como habitualmente teremos as crónicas (mais ou menos críticas...) (pág. 10), a recreação e, desta vez, o abaixo assinado ao apelo dos docentes da Faculdade Agostinho Neto (pág. 3) e na última página iniciamos uma rubrica sobre reflexões da actualidade.





A Ordem Jurídica e o combate à violência sobre a mulher

Maria do Carmo Medina

À memória do Dr. David Bernardino, como cumprimento de uma promessa de colaboração.

Pelo grau de desenvolvimento já atingido a nível dos princípios gerais do direito e consagrada na ordem jurídica internacional pareceria supérfluo abordar a questão da necessidade do combate à violência, sobre a pessoa humana e designadamente a que se abate sobre a mulher.

No entanto é evidente que o facto de permanecer na sociedade humana uma situação geral de violência sobre a mulher torna premente que nos debruçemos com seriedade sobre a situação.

Assim teremos, em nosso entender, de dividir a nossa análise em três etapas e que serão as causas de violência, as formas de que se reveste e as estratégias a traçar, para o seu combate.

No primeiro aspecto, podemos apontar como causa de violência exercida sobre a mulher a permanência das forças sociais que a querem manter numa situação de dependência e subordinação. E preciso ter em conta que a discriminação em razão do sexo não é exercida sobre uma minoria, porque numericamente o sexo feminino não é minoritário, nem tampouco é uma discriminação assente no antagonismo homem-mulher, porque há mulheres que em razão de opções de classe social ou pontos de vista filosóficos ou outros, entendem que é de manter o "status-quo" que discrimina a maioria das mulheres.

A violência surge assim como um meio usado na manutenção da própria discriminação. Ela é uma arma usada contra quem se pretende erguer contra a barreira da desigualdade.

Daí que a violência sobre a mulher se torna um facto que persiste enquanto persiste a discriminação.

Só que as formas de que ela se reveste vão variando em consonância com o meio social, o tempo e o espaço. E neste momento creio que teremos que usar toda a nossa lucidez para as detectarmos uma por uma, para que elas possam ser expurgadas.

E curioso notar que quando num determinado momento histórico-político determinadas forças contrárias à emancipação da mulher se considerem suficientemente poderosas, elas exercem sobre a mulher meios públicos, fortemente intimidatórios, para as conter.

Não hesitam em usar a prisão e até a morte, para que o terror espalhado vá retirar às outras mulheres a coragem para a luta.

Mas nem sempre é assim e, no geral, deparamo-nos com o uso de formas surdas de violência que a sociedade mantém dentro de si com secretismo, não desejando nem permitindo que elas sejam trazidas à luz do dia.

Muitas dessas práticas de violência, sejam elas de índole física, moral ou de pressão social, são exercidas por mulheres mais velhas sobre outras mais jovens que estão sob a sua dependência directa, ou no meio em que vivem.

E isto porque tendo a sua geração sofrido essas formas de violência, as aceitam com fatalismo, como um mal necessário à manutenção daquele meio social que sempre conheceram e cujo equilíbrio temem perturbar.

Os denominados conflitos de geração radicam-se muitas vezes no facto das novas gerações contestarem e recusarem aquilo que a geração anterior das suas mães, tal como das suas avós, aceitou sem se questionar sequer se podiam não aceitar.

Determinar pois as formas de que se reveste a violência, e pô-las a nú perante a própria sociedade que as utiliza, é desde logo o primeiro passo indispensável.

A realidade da sociedade angolana das últimas três décadas surge profunda e dramaticamente marcada pela guerra, primeiro a guerra pela independência de Angola que durou de 1961 a 1974, depois a que foi iniciada no ano de 1975 e que só veio a ser suspensa em Maio de 1991, com o acordo de paz celebrado entre o Governo e a Unita.

Vive-se agora um período de agitação política próprio de implementação de um sistema político multipartidário em que se procura transferir para o debate político os antagonismos que usavam a linguagem das armas, havendo sem dúvida por parte de todo o povo uma vontade firme na manutenção da paz.

A instauração da paz permitiu a abertura a todas as correntes políticas e termos uma visão mais ampla do que se pretende para o futuro de Angola.

Num quadro de guerra como aquele que se viveu, a violência como é óbvio recaiu não só sobre a mulher, bem como sobre a criança, homens e velhos, pois todos e à sua maneira, foram as suas vítimas.

Os testemunhos recolhidos sobre as experiências sofridas pelas mulheres vítimas da guerra são muito dolorosos e marcam sem dúvida e definitivamente todas aquelas que a viveram.

Foi possível ouvir, de dissidentes da Unita, o relato público de algo que já tínhamos tido conhecimento anos atrás, de que várias mulheres, militantes daquela organização política, tinham sido nos



meados da década de 80, queimadas vivas em comício público, algumas juntamente com seus filhos menores, sob a acusação de serem feiticeiras.

É certo que na Europa ainda no século XVII se fazia a caça às bruxas, que eram imoladas pelo fogo.

E preciso também dizer que apesar de todo o sigilo com que eram feitas as cerimónias fúnebres dos chefes africanos, mesmo durante o período colonial, continuou-se a manter o rito de que o morto devia ser acompanhado na sua ida para o além, por uma das suas mulheres.

Isto significava, como recentemente vim a ter conhecimento, que ainda neste século, e na área do Kwanza-Norte, quando um soba morria, era morta a sua "esposa" mais nova e predilecta, a mais "mimosa", para o seguir e servir no além.

Outras das formas mais surdas de violência sobre as mulheres e que, mau grado todos os avanços que a lei já alcançou, é consubstanciada no facto de que quando nasce uma criança do sexo feminino, em certas áreas rurais angolanas, ela fica desde logo destinada a um determinado homem por compromisso assumido pelos seus familiares.

O homem adulto que adquiriu direitos sobre aquele novo ser só tem que esperar que ela cresça e que atinja a puberdade para a receber à sua posse, como sua

mulher. À jovem nenhuma alternativa de escolha ou de rejeição é dada, porque a vontade dela não existiu nem é tomada em conta. Tem que aceitar com fatalismo o destino que lhe é imposto. Só que quando acontece que ela como mulher procura encontrar um parceiro da sua idade e geração, e que não é o seu "marido", vê-se confrontada com a censura do seu meio social.

A LEI

"O homem e a mulher são iguais no seio da família, gozando dos mesmos direitos e cabendo-lhes os mesmos deveres." — art. 29.º da Lei Constitucional.

"Os membros da família contribuirão para a criação de uma nova moral no seio da família e da sociedade, baseada na igualdade de direitos e deveres, no respeito pela personalidade de cada um, na especial protecção à criança e no espírito de colaboração e entreaajuda." — art. 6.º do Código da Família.

"O casamento é a união voluntária entre um homem e uma mulher, formalizada nos termos da lei, com o objectivo de estabelecer uma plena comunhão de vida." — art. 20.º do Código da Família.

"O casamento funda-se na igualdade e reciprocidade de direitos e deveres dos cônjuges." — art. 21.º do Código da Família.

Nos meios urbanos temos uma realidade diferente e a mulher, a despeito das evidentes desvantagens que lhe advêm de ter em regra pior preparação profissional e menos poder económico, procura afirmar-se socialmente.

É sobre a mulher a quem muitas vezes incumbe o encargo de ser o sustentáculo da família e sobre ela recai o peso dos encargos materiais de subsistência.

Nos conflitos entre casais, a mulher é muitas vezes vítima de agressão física. Esta pode tomar formas violentas, quando é o homem que pretende pôr fim à vida em comum e quer forçar a mulher a abandonar a casa onde ambos coabitam.

O êxodo da população das zonas rurais para as cidades e todas as dificuldades derivadas da situação de guerra que se viveu tornou particularmente agudo o problema de habitação. Desta sorte, o homem fazendo apelo à "lei do mais forte" procura por métodos de violência física ou de ameaças graves, amedrontar a sua companheira, que ele não quer porque tem em regra outra já em vista, de forma a que ela receosa pela sua integridade física, se veja forçada a pedir guarida fora de casa.

A violência sobre a mulher reveste-se ainda, de forma dramaticamente frequente, da agressão física feita pelo homem, em regra em estado de embriaguês, com as mãos e pés sobre o corpo da mulher, quando não acompanhada do uso de manguieiras ou cacetes e que culminam não poucas vezes com a morte da agredida.

É considerável o número de processos de homicídio que chegam em recurso ao Tribunal superior vindos das diversas províncias do País, em que os Réus matam por agressão à pancada as suas companheiras.

Muitas delas estão grávidas ou de parto recente com crianças a aleitar. Os golpes desferidos com violência sobre o ventre, as hemorragias supervenientes e a falta de qualquer socorro médico a que são relegadas, levam a que na maioria dos casos o desenlace seja a morte. Também são frequentes os casos em que as vítimas apresentam sinais de queimaduras pelo corpo ou de lesão nos órgãos sexuais.

Curiosamente os Réus, no decorrer dos processos, vêm quase sempre, ou mesmo invariavelmente, afirmar "que não tinham intenção de matar", que só queriam "castigar" a sua mulher. Como se o castigar e corrigir fosse um poder que lhes assistisse por direito natural. Procuram muitas vezes justificar os seus excessos, culpabilizando as suas desgraçadas vítimas dizendo que elas ou estavam "bêbedas" (grande motivo de ofensa para o marido) ou que lhes "não tinham preparado o jantar" (falta do dever de prestação da comida que sempre incumbe à mulher) ou que ela o insultou com expressões indignas ou que a encontrou em flagrante adultério com outro homem.

Quando a obtenção da prova é possível, uma vez que a maioria dos casos de homicídio ocorre sem testemunhas, à noite e dentro de casa onde o casal reside, sem mais circunstâncias que os próprios filhos certamente espavoridos, todas estas justificações acabam por cair por terra. E isto apesar da principal interveniente, a mulher, não poder falar, por já estar morta.

Embora este quadro seja na verdade assustador, creio que ele existe ainda em muitos países, sobretudo

(Continua na página 9)

Apelo e Abaixo Assinado



DISTO E DAQUILO

dos Docentes e Investigadores da Universidade Agostinho Neto

Num Apelo datado de 5 de Dezembro de 1992, os Docentes e Investigadores da Universidade Agostinho Neto chamam a atenção para o facto de que "em Angola, as agressões à comunidade universitária e científica vão muito além das violações da liberdade académica. Situam-se no plano do puro terrorismo, com a prática de homicídios e outros crimes violentos contra as pessoas, com um carácter selectivo numa base ideológica (a sua ligação directa ou indirecta ao MPLA ou ao ANC) e/ou étnica (por exemplo, angolanos brancos, estrangeiros residentes ou ovimbundus que recusam o tribalismo)".

Para além das pessoas citadas no Abaixo Assinado, o Apelo refere que "não foi esta a primeira vez que membros desta Universidade foram barbaramente assassinados, em crimes com evidentes conotações políticas.

Em Abril deste ano, o ex-Assistente da Faculdade de Direito, Dr. PINTO RIBEIRO, de nacionalidade portuguesa, sua esposa e filhos, foram assassinados na praia de S. Brás, bem como os amigos angolanos que os acompanhavam.

Em 1984, a professora do Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango, Dra. JEANETTE SCHON, de nacionalidade sul-africana e conotada com o ANC, e sua filha de oito meses, morreram naquela cidade vitimadas por uma carta armadilhada.

Em 1975, foram assassinados nas Províncias do Huambo e do Bié, durante os períodos de controlo dessas Províncias pela UNITA, o Eng. ANTÓNIO ASSIS e os estudantes das Faculdades de Ciências Agrárias FADÁRIO MUTEKA, VÍCTOR CARVALHO, DINO MARQUES e FACEIRA, entre muitos outros estudantes universitários assassinados por todo o País. Entre estes, pelo seu carac-

ter massivo, regista-se o massacre dos estudantes do Instituto Superior de Ciências de Educação pelo exército invasor sul-africano, a quando da ocupação da cidade do Lubango.

Em 1977, numa emboscada perpetrada pela UNITA no Chitembo, Província do Huambo, foi morto o médico Dr. ANÍBAL FERNANDES. Recordar-se igualmente o rapto do médico Dr. ADELINO MANAÇAS, também no Huambo, posteriormente levado para a Jamba, onde ainda se mantém prisioneira a sua família.

Até ao momento, não foram julgados os autores destes crimes e, com excepção do morticínio da praia de S. Brás, não foram apontados quaisquer presumíveis autores materiais dos mesmos.

Contudo, todos estes crimes tiveram lugar, quer numa fase de guerra movida pelo regime racista do apartheid e dos seus instrumentos internos contra todos aqueles que se lhes opunham, quer ainda no momento em que todos os angolanos se preparavam para se dedicar à reconstrução do País e, criadas as condições de paz e democracia, se engajar decididamente na luta por um desenvolvimento real".

[...] "A impunidade de que até agora têm gozado os autores morais ou materiais das violações da legalidade acima mencionadas contraria frontalmente os Acordos de Paz e a própria Lei Constitucional e tem como consequência a instituição «de facto» de estatutos jurídicos duplos, traduzidos em os senhores da guerra da UNITA estarem acima das leis em vigor em Angola e ainda das Convenções internacionais sobre os Direitos Humanos e sobre o Direito Internacional Humanitário a que o Estado angolano aderiu.

Este estado de coisas é absolutamente intolerável e urge pôr-lhe cobro sem demora"

Abaixo-assinado

Desde 1975, docentes universitários, investigadores científicos e intelectuais angolanos e estrangeiros residentes em Angola, bem como estudantes universitários, têm sido assassinados, especialmente no Huambo, Bié e Huíla, por esquadrões da morte ligados à UNITA e às forças do apartheid, que cometem homicídios selectivos, em bases ideológicas. Em Outubro de 1992 foram alvo de atentado o Prof. Fernando Marcelino, professor universitário e escritor, sua esposa Miete Marcelino, dirigente da Organização da Mulher Angolana e directora da Biblioteca do Huambo, sua irmã Dilar Marcelino, freira católica e Zaida Dáskalos, professora e escritora, a única sobrevivente do massacre.

Agora foi a vez do Dr. David Bernardino, médico e intelectual lutador desde a primeira hora contra o fascismo e pela independência de Angola, também docente universitário e director do recente jornal independente "Jango". Eram todos naturais de Angola, de ascendência europeia, residentes na cidade do Huambo, no Planalto Central, com marcante actividade intelectual, empenhados em diversas acções no campo da investigação cientí-

fica e histórica e todos eles envolvidos no apoio social a uma população fustigada por anos sucessivos de guerra impiedosa.

O seu assassinato foi dirigido deliberadamente contra tudo quanto representavam, como integrantes das forças progressistas e humanistas angolanas.

Urge desmascarar as cumplicidades internas e internacionais que atribuem o estatuto informal de "beligerantes" e formal de "partes", interlocutores em "diálogos" e governos, aos assassinos dos esquadrões da morte e aos seus chefes que, na sombra, têm até ao momento ficado impunes.

Por estas razões, e ainda as indicadas no Apelo anexo, os docentes da Universidade Agostinho Neto, investigadores, médicos, engenheiros, juristas, economistas, escritores e outros intelectuais angolanos abaixo-assinados,

1. Repudiam o terrorismo e o fascismo.
2. Exigem que o Governo tome as medidas adequadas, se necessário recorrendo à cooperação internacional, para encontrar os autores de tão hediondos crimes e os membros e chefes dos esquadrões da morte.

3. Apelam a toda a população e à Comunidade Internacional para que colaborem com as autoridades angolanas nas acções referidas no número anterior.

4. Exigem que o Governo tome medidas com vista à reposição da legalidade democrática e à prevenção das suas violações sistemáticas, em especial no domínio dos Direitos Humanos dos cidadãos.

5. Apelam às Nações Unidas e à Comunidade Internacional para que assumam as suas responsabilidades relativamente ao cumprimento dos Acordos de Paz para Angola e ao respeito pelos Direitos Humanos no País, que incluem a desmilitarização urgente e completa da UNITA e o desmantelamento dos seus grupos terroristas.

6. Apelam à solidariedade de todas as universidades, centros de investigação, organizações profissionais de intelectuais e associações de todo o mundo, para que pressionem os seus governos a tomarem posição contra o assassinato selectivo de intelectuais angolanos por esquadrões da morte e, em geral, contra as violações sistemáticas dos Direitos Humanos em Angola.

Luanda, 5 de Dezembro de 1992.

A. de Sousa — Eng. Agrónomo
A. Maria Silva — Jornalista
Abílio Fernandes — Doc. Fac. Ciências
Adelaide Carvalho — Médica
Adelino João do Amaral — Doc. Fac. Medicina
Adérito Correia — Doc. Universitário
Adriano Rafael Pascoal — Economista
Afonso Lopes Santos — Doc. Universitário
Afonso Quintas — Jornalista
Agueda Sena Carvalho — Médica
Alberto Fañony — Doc. Fac. Ciências
Alberto Jorge Quinica — Jornalista
Alberto Sousa — Jornalista
Albina Assis Africano — Engenheira
Alexandre Gourgel — Jornalista
Aline Baptista — Doc. Fac. Medicina
Almeida e Sousa — Lic. Matemáticas
Alves Fernandes — Jornalista
Alzira Van-Düнем — Doc. Fac. Direito
Amélia Mendes — Jornalista
Amélia Pombo — Locutora
Ana Clara Guerra Marques — Bacharel em dança
Ana Lúcia Guerra Marques — Doc. Fac. Ciências
Ana Margarida Setas — Médica
Ana Maria Leitão — Médica
Ana Maria Van-Düнем — Doc. Fac. Medicina
Ana Maria Vaz Conceição — Médica
Anabela Leitão — Doc. Universitária
Angelina Ribas — Doc. Fac. Engenharia
Antero Jorge Franco — Doc. Fac. Engenharia
António Guimarães Victor — Economista
Antoneta Coelho — Doc. Fac. Direito
António Beguengue — Jornalista
António Cândido dos Santos — Arquitecto
António Cristo Alves — Economista
António David — Médico
António dos Santos Domingos — Economista
António J. C. Lima — Doc. Fac. Ciências
António José João — Maquetista
António José Miranda — Médico
António Kissanga — Jornalista
António Maria — Médico
António Montenegro — Engenheiro
António Ole — Pintor
António Salo — Pintor
António Salvador — Jornalista
António Teixeira dos Santos — Engenheiro
António Van-Düнем — Doc. Fac. Direito
Arlindo V. Almeida — Jurista
Armanda Faria — Enfermeira
Armindo Marques — Biólogo
Arnaldo Craveiro — Economista

Artur Pestana (Pepetela) — Doc. Fac. Arquitectura
Augusto de Oliveira — Doc. ISCED
Avelino Henriques — Jornalista
B. C. Neto — Jornalista
Bárbina Ventura Félix — Médica
Bens Famoso — Jornalista
Benvinda Barbosa — Jurista
Boaventura Gouveia — Músico
Cacilda Fernandes Lima — Economista
Caridade Pedro — Jornalista
Carla Cristina Queiroz — Licenciada
Carlos Marques Santos — Eng. Minas
Carlos Alberto Sereno — Doc. Universitário
Carlos Gomes — Doc. Fac. Direito
Carlos Laudari — Médico
Carlos Saturnino — Economista
Carlos Teixeira — Doc. Fac. Direito
Carvalho Neto — Jornalista
Cesaltina Van-Düнем — Eng. Agrónoma
César Alves — Doc. Fac. Ciências
César Barbosa da Silva — Jornalista
Cesarina Pereira Teixeira — Doc. Universitária
Cornélio Caley — Investigador
Costa Andrade — Escritor
D. Luceo — Jornalista
Daniel da Costa Carvalho — Doc. Universitário
Daniel de Castro Carvalho — Doc. Universitário
Dario de Melo — Jornalista
Deolinda C. — Psicóloga
Diamantino Matos — Jornalista
Domingos Lima Viegas — Jurista
Dulceina de Sena Carvalho — Doc. Fac. Engenharia
E. Reis — Jornalista
Edine Lopes — Jornalista
Eduardo Borja — Jurista
Ekanga D. — Professor
Elisa Rangel Nunes — Jurista
Elizabeth M. Matos — Doc. Fac. Ciências
Elizaneta Louchanska — Doc. Universitária
Elsa Montez — Médica
Ema Bragança — Engenheira
Engrácia Cohen Santos — Jurista
Eugénio Ferreira — Juiz aposentado
Eugénio Bravo da Rosa — Doc. Universitário
Eunice dos Santos Marques — Doc. Universitário
Fátima Bastos — Jurista
Fátima Madeira Rita — Doc. Fac. Medicina
Fausto Tavares de C. Simões — Doc. Universitário
Felismina Ferreira — Doc. Universitária

Fernando Oliveira — Doc. Fac. Direito
Fernando Pacheco Santos — Doc. Universitário
Fernando Peres do Amaral — Técnico Bancário
Fernando Santos — Técnico Bancário
Bens Famoso — Jornalista
Filipe Amado — Doc. Fac. Direito
Filipe Correia de Sá — Assessor de Imprensa
Filipe Júnior — Médico
Filomena Pestana — Psicóloga
Filomena Sacramento — Investigadora
Fac. Ciências
Filomena Patrício — Jornalista
Fragata de Moraes — Jornalista
Francisco H. Gerardo — Doc. Fac. Engenharia
Francisco Manuel Massango — Doc. Universitário
Frederico Crespo — Jornalista
Gabriela Antunes — Escritora
Gaspar Martins — Engenheiro
Generoso Pedro — Engenheiro
Georgina Van-Düнем — Médica
Gilberto Júnior — Jornalista
Gonçalves Inhanjica — Jornalista
Gualberto Lima Campos — Doc. Fac. Direito
Guiomar Lopes — Jurista
Helder Cirilo — Advogado
Helder da Conceição José — Doc. Fac. Arquitectura
Helena Monteiro Jardim — Jurista
Helena Santos Rebelo — Doc. Fac. Ciências
Henrique Abranches — Escritor
Hernani Santana Freire — Jurista
Hossi Pereira Africano — Doc. Universitário
Humberto Almeida — Economista
Humberto de Figueiredo — Doc. Universitário
Idalina Rodrigues — Jurista
Inácio Alfredo Borges Neto — Médico
Inálda Margaret Graça — Investigadora
Fac. Ciências
Irene Guerra Marques — Filóloga
Isabel Martins — Doc. Fac. Arquitectura
Isaias Gonçalves — Doc. ISCED
Isiido Afonso — Jornalista
Jaime Costa — Doc. Universitário
João Alexandre — Doc. Universitário
João António — Monitor Universitário
João Carlos Blasques de Oliveira — Médico
João da Cruz — Historiador
João Francisco dos Santos Carvalho — Doc. Universitário
João Manuel Santos Freitas — Jornalista
João Maria — Doc. ISCED

João Sebastião Tiet — Doc. Universitário
João Vieira Lopes — Doc. Fac. Medicina
Joaquim Agostinho — Veterinário
Joaquim Graça — Engenheiro
Joaquim Leão — Economista
Joaquim Teixeira Sobrinho — Doc. Universitário
Jorge Bettencourt — Doc. Fac. Arquitectura
Jorge Fonseca Santos — Engenheiro
Jorge Gumbé — Pintor
Jorge Manuel David — Eng. Hidráulico
José Alberto Rodrigues Teixeira — Jurista
José António Freire — Monitor Universitário
José Armando C. Q. — Doc. Fac. Ciências
José Armando Estrela — Jornalista
José César Ferrão — Jornalista
José de Oliveira — Jornalista
José de Vasconcelos — Eng. Técnico
José Gomes da Costa Neto — Monitor Universitário
José Manuel David — Engenheiro
José Manuel da Silva — Médico
José Manuel Nunes — Jornalista
José Garcia Lumanisakio — Doc. ISCED
José Pedro Correia — Jornalista
José Pedro Soares — Jurista
José Santana — Doc. Universitário
José Van-Düнем — Doc. Fac. Direito
Josefa Dias dos Santos — Economista
Josefa Webba — Doc. Fac. Direito
Júlio de Almeida — Doc. Fac. Engenharia
Júlio Gomes — Jornalista
Júlio Moraes — Ecólogo
Leda Neto — Economista
Leonardo Serra Van-Düнем — Engenheiro
Leopoldina Mouzinho — Médica
Leopoldina N. Rochas — Médica
Luís Bernardino — Doc. Fac. Medicina
Luís Costa — Jornalista
Luís Filipe Colaço — Doc. Fac. Arquitectura
Luísa D'Almeida — Doc. Universitária
Luzia Sabastião — Doc. Fac. Direito
M. Agostinho — Jornalista
M. C. Miguel Nogueira — Doc. Fac. Medicina
M. Eligénia dos S. Lima — Jurista
M'bunda Nainga David — Doc. Fac. Ciências
Madalena Cunha — Médica
Madalena Gomes Silva — Professora
Manuela Mendes — Médica
Manuel António da Silva — Jornalista
Manuel Brunhoso — Investigador Fac. Ciências

Manuel Cardoso — Médico
Manuel Correia — Jornalista
Manuel da Conceição — Veterinário
Manuel da Costa — Doc. Universitário
Manuel Difúla — Doc. ISCED
Manuel Dionísio — Jornalista
Manuel Feio — Jornalista
Manuel Rui Monteiro — Escritor
Manuela Gomes Saraiva — Técnica Bancária
Manuela Mendes — Doc. Fac. Medicina
Manuela Monteiro Ribas — Economista
Marcos Alexandre Nhunga — Eng. Agrónomo
Margarida Oliveira — Bióloga
Maria Alice Tavares — Professora
Maria Carlos Victória Perreira — Assistente de Projecto
Maria Celestina Fernandes — Jurista
Maria da Conceição Neto — Doc. Universitária
Maria de Fátima Saundo — Economista
Maria de Jesus Vasconcelos — Advogada
Maria de Lourdes Junça — Médica
Maria do Carmo Medina — Doc. Fac. Direito
Maria do Rosário Viegas — Engenheira
Maria Domingas Cardoso — Doc. Fac. Ciências
Maria dos Prazeres Pires Ferreira — Jornalista
Maria Haller — Diplomata, Escritora
Maria Imaculada Melo — Advogada
Maria João Silva — Bancária
Maria José Cunha — Bancária
Maria Madalena Ribeiro — Bancária
Maria Teresa Lopes Costa — Jornalista
Mariana Ribeiro — Loucutora
Márlia Gomes — Doc. Fac. Medicina
Mário João Baptista — Doc. Fac. Arquitectura
Mário Silva — Gestor de Empresa
Massongi Afonso — Prof. Escultura
Matan'yodi Norberto — Professor
Matuba Filipe — Médico
Miguel João Filho — Doc. Universitário
Nelson Rosa — Jornalista
Orlando Martins — Jornalista
Orlando Molar — Médico
Orlando Rodrigues — Doc. Fac. Direito
Oscar Guimarães — Professor
Oswaldo Gonçalves — Jornalista
Oto Greger — Doc. Fac. Arquitectura
Pascoal Correia — Jornalista
Passy Ngonga — Maquetista
Paulette Lopes — Doc. Fac. Direito
Paulo Adão Campos — Doc. Fac. Medicina
Paulo Miguel Fernandes — Arquitecto
Pedro Fañony — Doc. Fac. Direito

Pedro Guilherme Gaspar — Doc. Universitário
Pedro Ramalho — Jornalista
Pinto Janota — Jornalista
Raul Araújo — Doc. Universitário
Resende Nsamba — Doc. Fac. Economia
Roberto Ribeiro — Engenheiro
Rosa Cuvolo — Jornalista
Rui Augusto Freude — Documentalista
Rui Chaves — Jornalista
Rui Cruz — Doc. Fac. Direito
Rui Gonçalves — Engenheiro
Rui Manuel Lopes — Eng. Civil
Rui Marques — Doc. Fac. Engenharia
Rui Pinto — Doc. Universitário
Ruth Filomena Arsénio — Bancária
Ruy Duarte de Carvalho — Doc. Fac. Arquitectura
Salvador Mussango — Monitor Universitário
Sandra Marina Neto — Jornalista
São Vicente — Economista
Sérgio Azevedo Brás — Médico
Servalina Neto Senalto — Doc. Fac. Medicina
Silvina Leitão Gomes — Jornalista
Stela Marlene da Câmara — Bancária
Suzana Nicolau Inglês — Doc. Fac. Direito
Teke Pedro — Doc. ISCED
Teresa Gracinda — Doc. ISCED
Teresa Yana — Escultora
Teresa Pereira de Carvalho — Assistente Social
Teresinha Lopes — Doc. Fac. Direito
Valério Guerra Marques — Engenheiro
Vales Teixeira — Jornalista
Vicente Cabexca — Jornalista
Vicente Inácio — Eng. Mecânico
Victor da Costa e Silva — Economista
Victória Edith — Bancária
Virgílio Manuel — Jornalista
Vita Vembé — Médico
Victória Espírito Santo — Doc. Fac. Medicina
Vivalda Tendinha — Doc. Fac. Medicina
Zela Mateta — Escultora





Notas sobre a Democracia-I

A democracia é a teoria que afirma que as pessoas sabem o que querem, e merecem tê-lo.

H. L. MENCKEN

O conceito

Fala-se muito de democracia e alguns estão convencidos que ela se esgota em haver um catálogo de direitos na Constituição, existirem vários partidos políticos e periodicamente terem lugar eleições para escolha de representantes (para o Parlamento ou para a chefia do Estado) por sufrágio universal, directo e secreto. Estamos a falar aqui da democracia representativa.

Mas a democracia (etimologicamente "governo pelo Povo") é um conceito mais amplo e com uma dinâmica própria: tem vindo a alargar-se com o progresso da Humanidade e as experiências dos diferentes povos, resultantes de circunstâncias históricas diversas. Democracia é um processo em construção, que nunca está verdadeiramente terminado, que se reproduz e alarga, se para tal houver ou forem criadas condições.

Sintetizando o ponto actual da construção do conceito de democracia, distinguiremos uma acepção ampla e acepções mais restritas (democracia política, representativa, directa, participativa, etc).

No seu sentido mais amplo, democracia é a **possibilidade de escolher entre o maior número de alternativas possíveis a qualquer nível da vida de uma pessoa.**

Estas escolhas efectivam-se pela participação em processos de tomada de decisão, quer em órgãos colectivos directa ou indirectamente através de representantes, quer através de decisões individuais.

Assim, democracia **não é apenas, mas é também,** votar em eleições ou ter a liberdade de ser membro de um partido político. Inclui elementos que vão muito além da democracia política em sentido estrito. Por exemplo, a existência de um mercado para oportunidades (alternativas) educacionais, que permita às pessoas estudarem o que querem e podem de acordo com as suas

capacidades intelectuais, ou para empregos, garantindo a todos os que queiram trabalhar uma ocupação de acordo com as suas escolhas profissionais. Numa outra óptica, o que está aqui em causa é o **direito ao trabalho efectivamente exercido**, cujos conteúdos estão relacionados com as oportunidades na educação e também com o estado da economia, o seu desenvolvimento, etc.

Neste conceito amplo, o **grau de democracia de uma sociedade** é medido por elementos que ultrapassam duas abordagens estreitas e reducionistas: a) o sistema político no seu desenho e aplicação e b) o nível de vida e o grau de desenvolvimento económico da sociedade. O conceito implica que o **subdesenvolvimento** é em si mesmo, qualquer que seja o sistema político, uma situação de **democracia restrita** para um largo número de cidadãos desse país, quando contrastado com a gama de escolhas disponíveis noutras sociedades mais desenvolvidas, por exemplo, a nível das oportunidades de educação, de acesso à informação e ao conhecimento, a bens de consumo de todo o tipo, etc.

A democracia em sentido amplo significa pois que o **desenvolvimento**, e consequente redução da escassez com o aumento no fornecimento de todo o tipo de bens, incluindo cultura, informação, educação e saúde, é uma condição para o alargamento da possibilidade de escolher entre diferentes alternativas e, portanto, do alargamento da democracia. Vendo a questão num ângulo diferente, um grau significativo de desenvolvimento económico pode não implicar níveis elevados de democracia, quer no acesso de todos os cidadãos ao maior número de bens e oportunidades disponíveis, quer a nível estritamente político. Veja-se o exemplo do nazismo na Alemanha.

Nesta relação entre a democracia e afluência, convem res-

saltar alguns aspectos, muitas vezes esquecidos mas fundamentais para a escolha.

O primeiro é a questão da **informação**. Para escolher entre diversas alternativas, é preciso conhecê-las, tem-se acesso a esse conhecimento através dos meios de difusão. A informação é um ingrediente essencial da escolha, logo, da democracia. Como tal, ela aparece-nos reflectida em direitos (**direito à informação, por exemplo**) e liberdade (de expressão, académica, de imprensa) que têm de ser efectivamente exercidos.

Um outro aspecto é que, quando pensamos a democracia e as necessidades de participação democrática em processos de tomada de decisão, constatamos que se verifica na esfera política stricto sensu algo conhecido no campo da economia: a satisfação de um nível de necessidades, se realizável e realizado, não reduz a necessidade de satisfação de outros níveis. Tal como a satisfação de uma necessidade gera novas necessidades, também um passo no sentido de uma maior democracia gera **novas exigências democráticas**.

Assim, por exemplo, a eleição do parlamento por sufrágio universal, directo e secreto, não esgota as necessidades, e portanto exigências, de maior democracia em outros níveis. O que a história nos tem mostrado é que a "procura" de componentes da democracia (as exigências do alargamento da democracia) tem vindo a aumentar, quer nas áreas económicas (exigências relativas a direitos económicos e sociais), quer na área política: exigências de maior informação sobre as actividades dos governantes, por exemplo, aperfeiçoamento de sistemas de prestação de contas, de maior efectividade de direitos, através dos seus mecanismos de garantia (acesso aos tribunais e seu melhoramento), alargamento de áreas sobre as quais se pede decisões por órgãos representativos, como o ambiente, a descentralização da tomada de certas decisões, o problema do poder local em todas as suas variantes, da

Antonieta Coelho *

autonomia das empresas ou mesmo das escolas, etc.

Mas a democracia é limitada e condicionada pela escassez. Porque os recursos nunca são suficientes para satisfazer necessidades crescentes — e este problema é agravado num país pobre como Angola, que tem uma economia de escassez —, constantemente há exigências da sociedade, ou de grupos sociais mais desfavorecidos, para acesso a bens e serviços.

Quando abordamos a satisfação dessas exigências, deparamos com os **paradoxos de Bobbio**, a saber:

a) a procura de democracia está constantemente a aumentar em condições mais desfavoráveis, porque

b) a satisfação de exigências, isto é, um alargamento da democracia, leva a um aumento das funções do Estado (como resultado das suas novas obrigações, contidas nomeadamente na Constituição) e consequente crescimento de aparelhos burocráticos para fornecerem bens e serviços,

c) o que significa problemas mais complexos e organizações de maior dimensão,

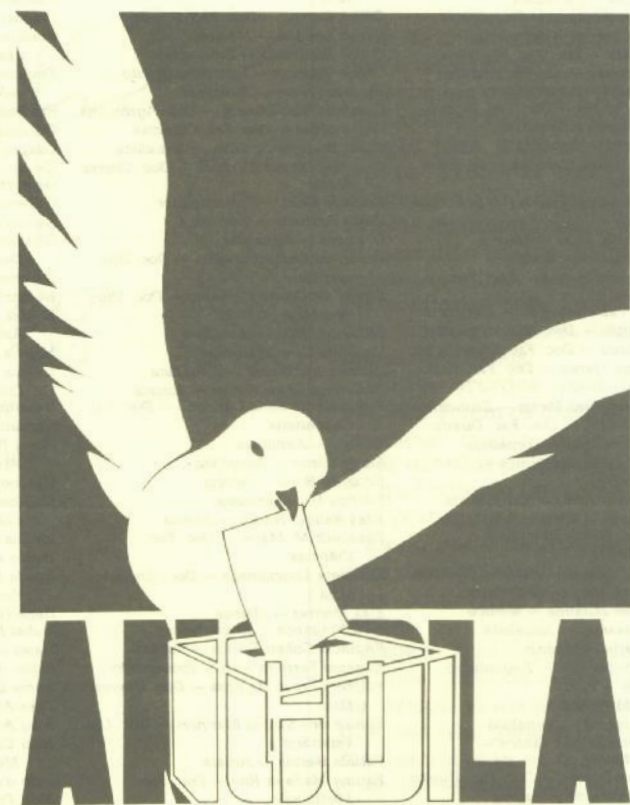
públicas ou privadas, exigindo conhecimentos especializados,

d) que afastam, ou dificultam, a participação na tomada de decisão daqueles que não têm as competências exigidas, levando ao problema das chamadas "tecnocracias" e, por fim,

e) o conflito entre processo democrático e sociedade de massas, no qual o alargamento das bases do poder exige "uma indústria política... que prospera e cresce enquanto torna actuais as regras (do sufrágio universal à formação de partidos políticos organizados) que transformam o princípio abstracto da soberania popular de mito em realidade... Não há democracia alargada que possa omitir uma forma qualquer de indústria política". Isto é, despontam assim os elementos de "partidocracia", que também, tal como os restantes paradoxos, vão diminuir a possibilidade de participação alargada na formação das decisões políticas.

Partindo do conceito global de democracia, e tendo como objectivo o seu alargamento progressivo, devemos estar atentos aos **fenómenos perversos** que esse alargamento gera, a fim de criarmos formas de os contrariar ou, pelo menos, minimizar. Analisaremos esse problema numa nota seguinte, abordando a questão da grande dimensão dos aparelhos e a descentralização de processos de tomada de certas decisões.

* Professora de Direito



A Democracia que (não) temos

(Continuação da página 1)

começa por ser um insulto, uma falta de respeito imperdoável à memória de quantos (aos milhares e milhares, talvez às dezenas de milhar) morreram sem culpa nem agravo por mercê da intransigência tresloucada de um homem que se julga deus.

Dizíamos pois, que fazer acreditar que o que acontece em Angola é unicamente uma situação gerada pela incompreensão das partes angolanas, é não querer pensar que em missão de omissão chegaram a Angola quem se tinha preparado para assistir à queda irremediável de uma bandeira vermelha (que, aliás, nem cor-de-rosa fora alguma vez) e ao subimento natural e indiscutível de um outro pendão que o povo rejeitou, principalmente porque, eles e acima de tudo, pelo exemplo de violência arrogante, intratável e incivilizada, a si próprio se rejeitaram.

Custa pois ver que países democratas, apesar da exemplaridade das eleições, aceitem ainda hoje a expectativa de que a guerra confirme ou até rejeite o resultado das urnas. Possivelmente e do mesmo modo esperando (e até democraticamente aceitando) que quem não tenha ganho pela confiança do voto, possa vir a ganhar pela força das armas.

Que futuro, que democracia estamos nós afinal a construir em Angola, quando poderemos justamente pensar que daqui a quatro anos, a uma nova eleição que se faça, se deverá seguir um período de negócios, diálogos e conversas, para ver se empata quem não ganhou, ou se há que dar vitória a quem perdeu...

Para que nos serve então ser democratas? Para morrer sem remédio, ou matar sem responsabilidade? Para destruir sem cuidado, ou agredir sem censura? Para viver de um trabalho honestamente ganho, ou da caridade internacional, mão estendida à fome? Para votar na urna, ou negociar no diálogo?

Jango

O jornal para ler e guardar

Zaire

• Uma lista de prevaricadores como herança da Convenção.

Um dos legados da Convenção Nacional que terminou em 6 de Dezembro foi uma lista de 149 proeminentes Zairenses acusados de fraude. Eles deverão pagar "uma contribuição especial para a reconstrução do país e repatriar metade dos seus bens no exterior, por estes sinais exteriores de riqueza estarem ligados à sua participação na gestão das finanças públicas".

É contudo improvável que os tribunais aceitem o desafio — um novo governo de coligação não sobreviveria aos efeitos resultantes. O Presidente Mobutu é o nome mais notório da lista, mas outros nomes incluem o chefe da guarda civil, Gen. Kpama Baraŋoto, o chefe do estado maior do exército, Mahele Botungo Liako, o governador militar de Kinshasa, Gen. Boloji Gbudu, e outros oficiais da cúpula. Conselheiros Presidenciais, tais como Mokolo Wa Mpombo, Seti Yale e Nimy Mayidika estão também na lista, assim como três antigos primeiro-ministros — Nguza Karl i Bond, Lunda Bululu e Mulumba Lukoji. Entre os homens de negócios conta-se Bemba Saolone, chefe da associação nacional de empresários, o Director da Gecamines Comercial e Gecamines Exploração, Umba Kiyamitala, o director da companhia de diamantes de Miba, Jonas Mukamba e o governador do Banco do Zaire,

Nyambo Shjabani. O principal contacto do FMI no Zaire, antigo primeiro ministro Kengo Wa Dondo está também na lista, assim como o Governador da província do Shaba, Kyungo Wa Kumwanza, e o seu predecessor Mandungu Bula Nyati.

Um relatório confidencial do governo afirma que o roubo de diamantes se cifra em cerca de US\$ 300 milhões — o triplo do valor oficial de diamantes exportados.

(Do correspondente em Bruxelas de SouthScan, 8 de Dezembro de 1992).

Zâmbia

• A apatia dos votantes domina a primeira eleição do regime do MMD (Partido de Democracia Multipartidária).

Menos de 10% dos votantes inscritos compareceram na 2.ª feira nas primeiras eleições, em duas décadas para o governo local na Zâmbia.

Tratava-se da escolha, em eleições de um dia, para 1190 postos de autarcas ao nível de vila, cidade e distrito. O Partido no poder, o MMD, parece ter ganho três quartos dos lugares.

A maioria das pessoas não compareceu nas assembleias de voto, apesar de terem faltado ao trabalho, e em várias assembleias a votação foi prejudicada por dificuldades organizativas.

Através do país tomou-se evidente um padrão em que se apresentavam para votar menos de 100 pessoas de assembleias com mais de 1000 eleitores registados



ÁFRICA AUSTRAL

votar, apesar dos esforços concertados e de último momento, levados a cabo pelos partidos políticos e organizações não governamentais.

Duas horas antes do fim do encerramento da votação, apenas 90 pessoas das 1300 registadas para votar na assembleia de Muchinga, no bairro Lilanda, da capital, tinham votado, enquanto que em Navutika, na parte Leste da cidade de Chipata, tinham votado 300 de 2600 eleitores.

Em Ndola, uma cidade do Norte da cintura industrial do cobre, a assembleia mais concorrida registou apenas 96 de um total de 2000 votantes esperados.

Esta apatia está em nítido contraste com o grande número de pessoas que acorreram para votar nas eleições gerais de Outubro último, que determinaram o fim de 27 anos de poder ininterrupto do antigo Presidente Kenneth Kaunda, proporcionando uma grande vitória ao MMD.

Os observadores são de opinião que a fraca afluência é o resultado duma campanha negativa e com falta de brilho que alienou o eleitorado.

(SuthScan, 4 de Dezembro de 1992).

Namíbia

• A Swapo consegue importantes vitórias.

No primeiro teste as opiniões dos votantes após dois anos e

meio de independência, a Swapo conseguiu bons resultados. Segundo os resultados provisórios nas eleições para o governo local e regional ocorridas entre 30 de Novembro e 4 de Dezembro de 1992, a Swapo ganhou por maioria na maior parte dos concelhos regionais, e dominará a segunda câmara do parlamento que se virá a formar. Mais importante ainda, fez bons progressos e ganhou o controle dos concelhos municipais de cidades e aldeias. Conquistou várias municipalidades onde na eleição pre-independência controlada pelas Nações Unidas, fora maioritário o partido da oposição, a Aliança Democrática Turnhalle, tendo a Swapo obtido 57% dos votos, e a ADT 29%.

A Swapo controla agora 9 dos 13 concelhos regionais, e a ADT apenas 3, enquanto que o terceiro contestante, a Frente Democrática Unida, ganhou três lugares nos concelhos regionais, de um total de 95 em todo o País, detendo o equilíbrio do poder na região contestada de Noroeste, o Cunene. Os elementos da Swapo afirmam que desta vez eles tiveram melhor acesso aos fazendeiros das áreas do centro e sul, antes favoráveis à ADT. Esta foi repelida para as suas áreas tradicionais tais como o Caprivi, a Nordeste.

(SuthScan, 11 de Dezembro de 1992).

O mal em que esta guerra nos converteu

"... O feiticeiro subiu a um morro de muchém e contemplou a planície. Ajeitou o chapéu feito de penas e enroscou melhora sarapilheira como se aquele calor lhe esfriasse os ossos. Então, levantando o seu cajado sentenciou:

— Que morram as estradas, se apaguem os caminhos e desabem as pontes!

Depois, começou o discurso, desfiando palavras lentas, rasgando a voz de encontro ao vento:

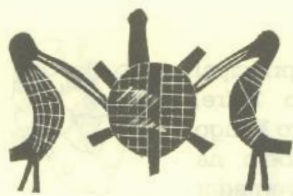
— Choraís pelos dias de hoje? Pois saibam que os dias que virão serão ainda piores. Foi por isso que fizeram esta guerra, para envenenar o ventre do tempo, para que o presente parisse monstros no lugar da esperança. Não mais procureis vossos familiares que safram para outras terras em busca da paz. Mesmo que os reencontreis eles não vos reconhecerão. Vós vos convertêsteis em bichos, sem família, sem nação. Porque esta guerra não foi feita para vos tirar do país mas para tirar o país de dentro de vós. Agora, a arma é a vossa única alma. Roubaram-vos tanto que nem sequer os sonhos são vossos, nada de vossa terra vos pertence, e até o céu e o mar serão propriedade de estranhos. Será mil vezes pior que o passado pois não vereis o rosto dos novos donos e esses patrões se servirão de vossos irmãos para vos dar castigo. Ao invés de combaterem os inimigos, os melhores guerreiros afiarão as lanças nos ventres das suas próprias mulheres. E aqueles que vos deveriam comandar estarão entretidos a regatear migalhas no banquete da vossa própria destruição. E até os miseráveis serão donos do vosso medo pois vivereis no reino da brutalidade. Terão que esperar que os assassinos sejam mortos por suas próprias mãos pois em todos haverá medo da justiça. A terra se revolverá e os enterrados assomarão à superfície para virem buscar as orelhas que lhes foram decepadas. Outros procurarão seus narizes no vômito das hienas e escavarão nas lixeiras para resgatarem seus antigos órgãos. E há-de vir um vento que arrastará os astros pelos céus e a noite se tornará pequena para tantas luzes explodindo sobre as vossas cabeças. As areias se voltarão em remoinhos furiosos pelos ares e os pássaros tombarão extenuados e ocorrerão desastres que não têm nome, as machambas serão convertidas em cemitérios e das plantas, secas e mirradas, brotarão apenas pedras de sal. As mulheres mastigarão areia e serão tantas e tão esfaimadas que um buraco

imenso tornará a terra oca e desventrada. No final, porém, restará uma manhã como esta, cheia de luz nova e se escutará uma voz longínqua como se fosse uma memória de antes de sermos gente. E surgirão os doces acordes de uma canção, o terno embalo da primeira mãe. Esse canto, sim, será nosso, a lembrança de uma raiz profunda que não foram capazes de nos arrancar. Essa voz nos dará a força de um novo princípio e, ao escutá-la, os cadáveres sossegarão nas covas e os sobreviventes abraçarão a vida com o ingénuo entusiasmo dos namorados. Tudo isso se fará se formos capazes de nos despirmos deste tempo que nos fez anímaís. Aceitamos morrer como gente que já não somos. Deixai que morra o animal em que esta guerra nos converteu.

O feiticeiro se calou, extenuado. A sarapilheira estava ensopada de suor. Voltando a levantar o cajado sobre a cabeça ele ainda voltou a falar. Mas se pronunciou em palavras de nenhuma língua..."



In «TERRA SONÁMBULA» de Mia Couto (Escritor moçambicano)



A criança não escolariza



Transcrição parcial de uma comunicação com o mesmo título submetida ao Congresso "A Criança no Mundo de Língua Portuguesa" (Lisboa, Fevereiro de 1992) por JOAQUIM MANUEL SILVA (Quinel), licenciado em História, Professor e Quadro do Ministério da Educação. Na altura do seu falecimento, em 10 de Abril de 1002, era Director do Gabinete de Estudos e Projectos desse Ministério.

1. INTRODUÇÃO

Quando, em 1975, Angola atinge a independência, possuía uma elevadíssima taxa de analfabetismo e uma muito baixa taxa de escolarização.

Estimava-se, então, que o analfabetismo rondasse os 87% da população total, o que é corroborado pelos dados estatísticos disponíveis, e referentes ao ano lectivo de 1972-73.

De facto, e segundo o **censo populacional de 1970**, Angola possuía, nessa data, 5.646.166 habitantes, dos quais 52,4% (2.943.974) do sexo masculino.

Luanda, nesse mesmo ano, possuía 480.613 habitantes, o que equivalia a 8,5% da população total do território.

Matriculados, em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino particular e religioso, estavam, em 1970/71, 511.140 alunos, o que correspondia a, apenas, 9% da população total; contudo, entre esse ano e o de 1972/73 (que passaremos a tomar como referência), houve um significativo crescimento do Sistema Educativo:

- de 5.001 estabelecimentos escolares, passa-se a 5623, o que representa um crescimento de 12,4%;
- de 14.700 docentes passa-se a 17.978 (acréscimo de 22,3%);
- de 511.140 alunos matriculados passa-se para 608.608, o que se traduz num incremento de 19%.

Comparativamente à população recenseada em 1970 (uma vez que não dispomos, de momento, das estimativas referentes a 1973), estavam matriculados apenas 10,8% da população total.

Por seu turno, o "Relatório do Grupo Sectorial para o ensino Básico e Secundário para o IV Plano de Fomento para Angola" indicava, como população escolarizável (ensino primário), em 31 de Dezembro de 1972, 1.046.691 crianças; ora, estando efectivamente matriculadas neste nível de ensino 517.421 alunos, obtém-se uma taxa de escolarização de 49,4% (vide anexo "Actuação a desenvolver no ensino primário"). Ainda no mesmo documento, e no seu quadro XXI, era previsto que, em 1979/80, o número de crianças matriculadas seria de 663.431 alunos no ensino primário, 117.307 no Ciclo Preparatório e 93.846 no Secundário. Previa-se, assim, um crescimento do Ensino Primário, na ordem dos 30%, em 7 anos.

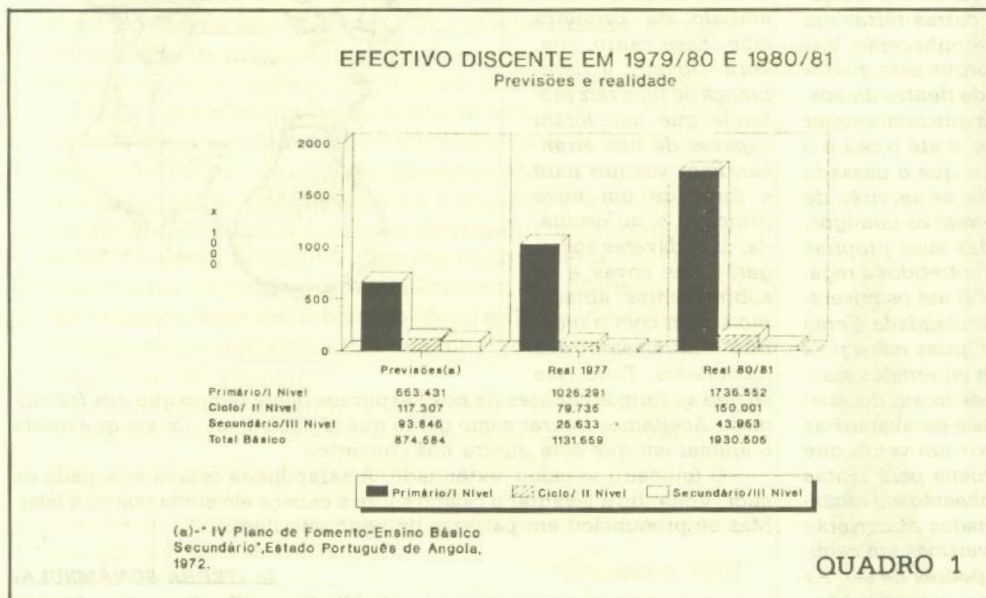
Contudo, dado o quadro político-social desenhado com a ascensão de Angola à Independência, esta previsão é absolutamente "subvertida", dando origem, já em 1977, àquilo que se convencionou designar como "explosão escolar"; comparemos:

	Previsão para o IV Plano de Fomento *	Existência real de matrículas (1977)
Primário / 1.º Nível	663 431	1 026 291
Ciclo/II Nível	117 307	79 735
Secundário **	93 846	25 633
Total	874 584	1 131 659

* - previsão para 1979/80;

** - incluíram-se, para facilidade de leitura, os antigos 5.º, 6.º e 7.º anos

Veja-se, ainda, o Quadro seguinte:



QUADRO 1

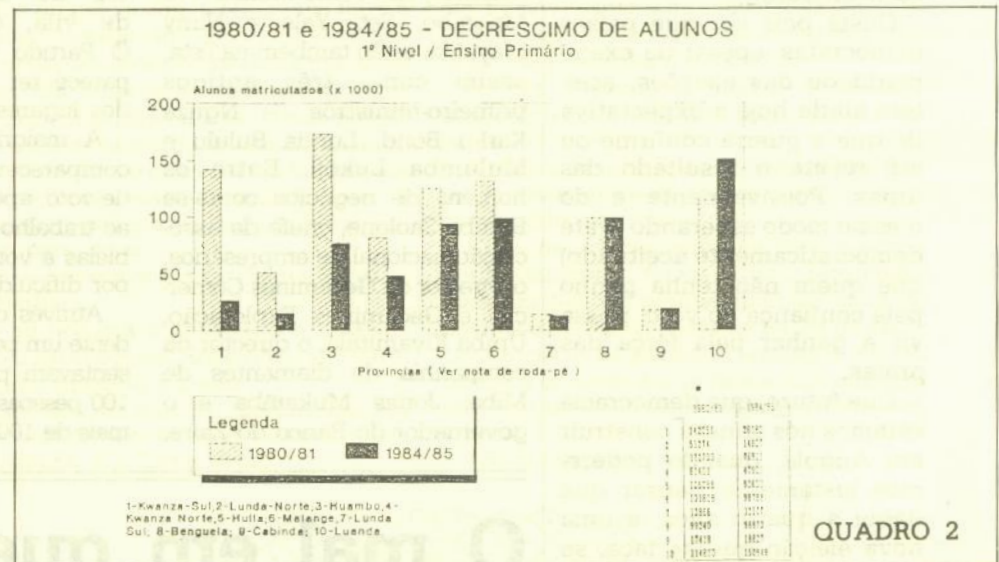
No entanto, em 1980/81, ano em que se atinge o número mais elevado de matrículas, estas atingem (incluindo o Ensino Médio Técnico e Normal, para perfazer 12 classes), um total de 1.930.505 alunos, dos quais 1.736.552 no I Nível, 150.000 no II (ultrapassando, já, e portanto, as previsões para 1990) e 43.963 no III nível e Ensino Médio (valor ainda substancialmente inferior ao previsto para o Ensino Secundário).

Este crescimento é já, sem dúvida, resultado de um novo quadro político-institucional e representa igualmente uma profunda mudança nas características da própria população escolar: das previsões para a existência real em 1980, verifica-se um aumento de 162% no Ensino Primário e de 28% no "Ciclo/II Nível"; significativamente inferiores são os alunos matriculados no "Secundário/III Nível e Institutos Médios", o que igualmente sucedia no Ensino Superior: em 10 anos não poderia ter sido possível, sequer, "repôr" os valores de 1973, nestes dois últimos níveis.

A afirmação de que os números reflectirão uma alteração significativa na natureza da população escolar pode ser igualmente sublinhada pelo facto de no Ensino Básico para Adultos estarem inscritos nesse mesmo ano 234.934 estudantes, o que aumenta para cerca de 2.000.000 o efectivo discente.

Paralelamente, se em 1972/73 o ratio professor-alunos, no Ensino Primário, era de 1/41, em 1981/82 era de 1/40 (havendo contudo que ter em conta a respectiva qualificação, situação a que nos referiremos) e, em 1989/90 de 1/37 (com a mesma ressalva que para o período anterior, acrescida das assimetrias criadas pelo êxodo rural, fruto, sobretudo, da situação de guerra).

Finalmente, e como situação agravante, em 1980/81 existia uma sala para cada 100 alunos, ratio que em 1989/90 é "melhorado" para uma para 79.



2. O SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO VIGENTE E SEUS RESULTADOS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Tal evolução "galopante" é devida sobretudo a três factores fundamentais: por um lado a situação de quase analfabetismo e a baixa taxa de escolaridade (a que nos referimos já) que, por outro lado encontra resposta favorável nos princípios de igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação de estudos e no da gratuidade de ensino, no seu sentido mais amplo — nem o estudante nem o seu agregado familiar pagariam quaisquer despesas com a Educação e, no ensino obrigatório (nas quatro primeiras classes) nem sequer o material didáctico era pago. Eram dois dos princípios fundamentais do programa do MPLA que, ao assumir o poder em 1975, deles faz campos de combate e diferenciação em relação a outras forças políticas.

E assim que após alterações pontuais que pretendiam sobretudo retirar ao sistema de ensino então vigente o carácter ideológico que ele possuía, no I Congresso do MPLA, realizado em Dezembro de 1977, foram aprovadas as "Bases Gerais para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A." (já citadas) o qual consagrava o já referido princípio da democraticidade e gratuidade para cuja garantia o Estado, ainda em 1975, nacionalizava o Ensino, assumindo a exclusividade do seu exercício.

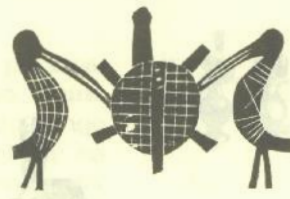
O Sistema organizava-se em três sub-sistemas (Formação Regular, Formação Técnico-Profissional e Formação de Adultos); verticalmente o Sistema organizava-se em 3 níveis: Ensino de Base, de 8 Classes, Ensino Médio e Pré-Universitário e Ensino Superior.

2.1. O Sub-Sistema do Ensino Regular estava organizado em Ensino de Base com 8 classes divididas em 3 níveis (o primeiro de 4 classes e o segundo e terceiro de 2 classes cada um) e Pré-Universitário organizado em 4 semestres, aumentado, em 1986, para 6.

Este Ensino Pré-Universitário era sobretudo destinado a funcionar como "câmara de transição" entre o sistema anterior e o agora aprovado, particularmente para os casos dos alunos que se encontravam nos então 5.º, 6.º e 7.º Anos (este último incompleto) que, frequentando-o e obtendo aproveitamento, ganhavam acesso ao Ensino Superior.

2.2. Terminado o Ensino Básico Geral (8 classes), os alunos poderiam ainda optar pelo ingresso no Ensino Médio, de 4 classes, constituído por Institutos Médios já vocacionados para a profissionalização e consequente formação de técnicos intermédios para inserção imediata na vida produtiva.

Estes institutos podem-se dividir em duas grandes classes: os Médios Técnicos (económico, industrial, agrário, pescas, petróleos, etc.) e Médios Normais, estes últimos destinados à formação de professores para leccionarem no Ensino Básico.



Queda e insucesso escolar

Era o designado **Sub-sistema do Ensino Técnico-Profissional** que incluía ainda a **Formação Profissional**, organizada em dois ciclos e à qual tinham acesso, respectivamente, os alunos habilitados com a 4.ª ou 6.ª Classes do Ensino Geral; esta formação não dava direito a qualquer formação, qualificação ou certificação académica, a qual teria que ser obtida ou no Sub-sistema de Formação Regular, ou ainda no Sub-sistema de Formação de Adultos, a que me referirei.

2.3. De facto, e dadas as características já referidas, sobretudo o baixo nível de escolarização e a elevada taxa de analfabetismo, o Sistema privilegiava a **Formação de Adultos** iniciada com a Alfabetização e continuada com a Pós-Alfabetização, organizada em 12 semestres e com equivalência, para todos os efeitos, à qualificação adquirida no Sub-sistema do Ensino Geral.

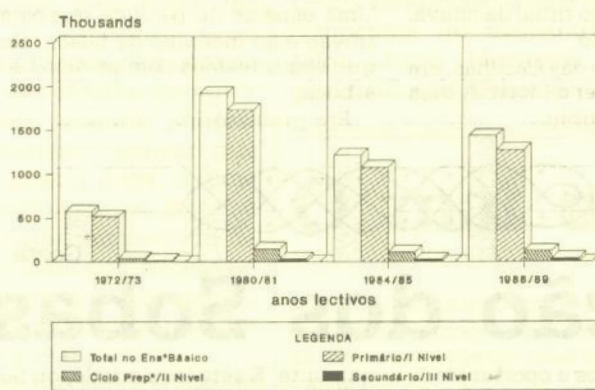
Terminado o Ensino de Adultos o estudante ganhava igualmente acesso, quer aos cursos pré-universitários, quer aos Institutos Médios Técnicos.

Como medida de tentativa de retenção dos técnicos médios no seu perfil de formação, estes, concluída a formação, só poderiam ter acesso ao Ensino Superior após dois anos de prestação de serviço na área da sua especialidade.

As características do Sistema conjugadas com as do próprio Poder que, aliás e obviamente o produzira, tiveram como consequência imediata o (já afluído) enorme afluxo de estudantes e um crescimento verdadeiramente inusitado, tendo atingido o seu ponto máximo em 1980/81, como já foi referido.

Contudo, e embora o Congresso do MPLA recomendasse igualmente um esforço particular, quer no domínio da construção escolar, quer no da formação e contratação de docentes (recorrendo nomeadamente e quando necessário à cooperação internacional), estas duas componentes, absolutamente imprescindíveis ao desenrolar do processo docente-educativo, não corresponderam minimamente à explosão do efectivo escolar, tendo-se nomeadamente assistido à progressiva degradação e destruição do parque escolar, não só por incapacidade de manutenção e conservação, mas também pela destruição de escolas, em consequência da guerra que assolava o País. Eram movimentos inversos e incompatíveis: crescimento do efectivo discente versus diminuição do parque escolar e do efectivo docente neste último caso fundamentalmente em termos de qualidade. A situação económica do País deteriora-se ainda mais em 1984, determinando uma profunda recessão na contratação de cooperantes, o que afectou a qualidade, sobretudo no Ensino Médio e Superior.

Comparação de crescimento do Ens^o Básico
1972/73; 1980/81; 1984/85; 1988/89



Fonte: Gabinete do Plano do Ministério da Educação

QUADRO 3

3. O AGRAVAMENTO DA CRISE

1981 é para a Educação, um "ano charneira": sucedendo nova invasão sul-africana e, em consequência, aumentando a instabilidade social no País, o Sistema "perde", em cinco anos (até 1984/85), cerca de 700.000 alunos no Ensino de Base: de 1.923.189 em 1981, existem, em 1984/85, apenas 1.220.210 (Quadro 2)

Não deixa de ser sintomático, e amplamente demonstrativo do efeito **directo** da guerra que, desses 700.000 estudantes "perdidos", cerca de 650.000 fossem do I Nível (Ensino Primário), obviamente mais expandido e, em consequência, o mais afectado; nas 7.ª e 8.ª Classes, por exemplo, a redução do efectivo discente é bastante inferior (cerca de 7.000 alunos), o que se compreende, uma vez que estas escolas estavam situadas nas capitais de província ou nos municípios mais importantes e, portanto, menos vulneráveis.

Nesse mesmo período perdem-se 5.000 salas de aula (das quais 4.500 do primário e "apenas" 21 do III Nível).

Geograficamente a zona mais afectada é a do centro do País com algumas ramificações para Leste e Norte (Lunda-Norte, Malange e Kwanza-Norte — Quadro 3), exactamente os locais onde a instabilidade político-militar se faz sentir. É assim que, em 6 das 18 províncias (e escolhendo apenas aquelas que tiveram maior recessão) o efectivo discente diminui em 358.630 alunos no Ensino Primário; simultaneamente nas "províncias de litoral" ou se assiste a um aumento do número de alunos (Luanda e Cabinda), ou a uma relativa estabilização (Benguela), ou a uma perda inferior a 10% (Namibe); desta situação, nestas províncias, exceptua-se a do Kwanza-Sul, uma das que mais sofre, exactamente porque era uma das que possuía um maior volume de alunos e uma maior dispersão de escolas, sendo ainda uma das mais afectadas pela guerra. Este "fluxo estudantil" corresponde, no fundo, ao fluxo populacional campo-cidade ou ao êxodo rural com destino às provín-

cias já citadas ou, dentro da mesma província, das localidades menos protegidas para a respectiva capital que, por sua vez, não tem disponibilidade para escolarizar todas as crianças em idade escolar que, assim, ficam "fora" do Sistema.

Em termos de números brutos é a província do Kwanza-Sul que regista maiores perdas (115.900 alunos) seguida da do Huambo (95.000); em termos percentuais mantém-se em primeiro lugar a província do Kwanza-Sul seguida da Lunda-Norte, Huambo e Kwanza-Norte.

Ainda nesse período, mais de 10.000 professores abandonam o sector, de novo com particular destaque para o Ensino Primário que vê diminuído o seu efectivo em 11.000 professores, enquanto que nos II e III Níveis o número de professores aumenta respectivamente em 385 e 240.

Assim, o primeiro quinquénio da década de 80 é um período particularmente crítico, devido fundamentalmente ao recrutamento da guerra com as suas consequências directas e indirectas, destacando-se nestas últimas, a não efectivação da priorização, que política e estrategicamente, era dedicada ao sector.

Desde as reduzidas verbas orçamentais (em regra entre 8 a 10% do Orçamento Geral do Estado) e cambiais, até à criação de condições e estímulos sociais e profissionais para os agentes de ensino, nomeadamente no âmbito da sua formação e superação contínuas, tudo contribuiu para uma situação de **crise profunda**, traduzida sobretudo numa enorme baixa de qualidade, que afectou substancialmente a rentabilidade do sistema.

Os diagnósticos realizados, primeiro em 1983, visando a análise do posicionamento institucional do sector no contexto das restantes actividades económico-sociais e, posteriormente, em 1986, procedendo ao estudo aprofundado do próprio Sistema de Educação e Ensino e seus pontos de estrangulamento e deficiências revelam exactamente essa situação:

- no contexto geral de desenvolvimento do País, a incapacidade material e humana de acompanhar eficazmente o crescimento do número de alunos;
- a incapacidade de formar professores em quantidade e qualidade, tanto mais que a carreira docente está, não só subalternizada, como mesmo desprestigiada, tendo que recorrer cada vez mais a pessoal não qualificado e imaturo, absolutamente incapaz de aplicar os programas previstos e, mesmo, de se inserir correctamente no ambiente social, sobretudo no meio rural;
- enormes dificuldades de comunicação, apoio e controlo aos organismos intermédios, escolas e professores;
- elevada degradação e muito deficiente equipamento das escolas;
- débil organização escolar;
- desajustamento dos conteúdos de ensino, em relação não só aos conhecimentos que o aluno possuía (inferiores aos que, efectivamente, deveria possuir), como também à sua distribuição, ao longo do sistema, pelas diferentes classes e níveis, o que conduzia, quase generalizadamente, ao incumprimento dos programas.

Em consequência, foram então recomendadas profundas alterações, tendentes não só a um maior empenhamento da sociedade em geral no fenómeno educativo, como também, e fundamentalmente, ao nível da reformulação de conteúdos, reorganização do sistema, reestruturação institucional do Ministério da Educação, reforço e racionalização do sistema de formação de professores e maior atenção ao equipamento e mobiliário escolares.

4. A SITUAÇÃO ACTUAL

Falar da situação actual, mais não será que falar do agravamento sucessivo das condições referidas, uma vez que, após manifestadas e adoptadas soluções que poderiam funcionar, pelo menos, como "paliativo" para a progressiva degradação do Sistema, a situação continuou a não permitir que ao sector fossem destinados os fundos, recursos e a atenção de que ele deveria ser objecto, situação, aliás, teórica e inequivocamente definida.

4.1. No que dessas disponibilidades não dependia, foram dados passos importantes, sobretudo no que respeita à **Reformulação do Sistema de Educação e Ensino**, de modo a responder às insuficiências que lhe haviam sido detectadas.

Assim, em 1989 obteve-se um primeiro "esboço" de novo Sistema, o qual, superiormente aprovado em Maio do mesmo ano, continuou a ser objecto de estudo e análise.

4.2. No que respeita às dificuldades relatadas, fez-se recurso a situações de emergência, nem sempre recomendáveis, por vezes mesmo anti-pedagógicas, mas que se apresentavam como a única alternativa para diminuir o número de crianças sem acesso à escola. A elas já nos referimos: recrutamento de pessoal docente sem qualificação académica suficiente e utilização de infra-estruturas inadequadas, impróprias e praticamente sem equipamento; criação de três turnos diários de funcionamento da escola, diminuindo, por um lado, os tempos lectivos para três ou quatro horas diárias, e aumentando, por outro lado, o tempo em que a criança, sobretudo quando pai e mãe são trabalhadores, está fora de qualquer controlo e acompanhamento de estudo; a extinção prática da classe de Iniciação que, no Sistema Educativo, desempenhava um papel extremamente importante, uma vez que representava não só a "ambientação" da criança ao "colectivo-escola", como, em algumas regiões do País, sobretudo no meio rural, o "transporte" da sua língua materna para a língua oficial e de ensino — o Português.

A conjugação destes factores "justifica" índices de insucesso e abandono escolares extremamente elevados: de 1.041.126 alunos matriculados no Ensino Primário (excluindo a Iniciação) em 1989/90, 36% estavam-no na 1.ª Classe e apenas 12,5% na 4.ª; ou, utilizando outros parâmetros, de 392.316 alunos inscritos, em 1986/87, na 1.ª Classe, apenas 130.378 (isto é, 33%) atingiram a 4.ª Classe em 1989/90 (e neste último número estão igualmente incluídos alunos repetentes); ou, ainda, de 327.924 alunos inscritos na 1.ª Classe em 1984/85, apenas 40.198 (isto é, 12,3%) o estavam, em 1989/90, na 6.ª Classe; finalmente, de 446.509 alunos inscritos na 1.ª Classe em 1982/83, apenas 13.342 (3%) o estavam na 8.ª, ainda em 1989/90.

(Conclui na página 9)



Crónicas de
Fernando Marcelino

Colégio Adamastor

Alguém avançou a teoria de que a velhice de um organismo começa a processar-se no momento em que nasce, quiçá mesmo no momento da fecundação originante da sua célula inicial. O Adamastor era em colégio secundário, me parece, a extrapolada personificação desta respeitável teoria.

Quando para lá entrei, em 41, o mundo explodido numa guerra que só sabíamos pela BBC, pelas vistosas revistas de propaganda britânica, pela falta do bacalhau e do azeite, pelos saquinhos de açúcar enviados periodicamente aos familiares do Puto, o Colégio Adamastor era já, com escassa dezena de anos de existência, não só o mais velho mas o mais rosqueiro dos colégios de Nova Lisboa, espécie de parente pobre e envergonhado do "próspero" Alexandre Herculano, o grande rival, e do seráfico Colégio das Madres. Claro que também era o mais barato, o que aliás explica os nossos vínculos...

Quando de lá saí, 6 enormes anos volvidos — como o tempo era lento nesse tempo — a decadência acentuara-se vertiginosamente, uma mudança por despejo em pleno ano lectivo fora quase o naufrágio, mas o desconjuntado barco, seu mítico nome de gigante, sua pretenciosa divisa "Menssana in corpore sano", flutuava ainda 12 anos depois, quando o visitei em espécie de comovida romagem de saudade — sempre fui no fundo um sentimentalão — o velho colégio lá permanecia, decadentíssimo mas vivo. E se não estou em erro, embora entretanto viesse a mudar de sítio e de gerência, só pararia de funcionar em 75, após quase duas gerações, das quais pelo menos a primeira, atribulada de estratégias, de calotes aos professores, de promessas mirabolantes e incumpridas aos pais dos alunos.

O segredo desta espantosa longevidade radica muito na estranha personagem que o terá fundado e dirigiu longos anos, homem de lágrima facilíma e missa muito frequente, calvo, de dentes amarelos, o sóbrio fato escuro bem coçado e sempre constelado de nódoas evidentes, que por vezes me fazia lembrar a figura imaginada do gigante agreste que inspirou o nome do colégio. Era sem sombra de dúvida homem de forte personalidade e de cultura invulgar para o local e para a época, fruto de um aventuroso passado pós-Seminário por terras de Paris. Homem que despertava nos alunos um misto de ódio, de admiração e de respeito, capaz de fazer-nos chorar de raiva e de remorso, simultaneamente hábil e contundente na repreensão, no louvor e no castigo, mas que compartilhava integralmente, da camarata ao refeitório, o modestíssimo e espartano passadio dos alunos internos.

Tinha uma invulgar capacidade de entusiasmo, de arqui-tectar sonhos pacientemente renovados cada ano para o progresso do colégio, de enganar honestamente os outros, já que nos enganamos que concebia ele era o primeiro a acreditar ingenuamente. Totalmente incapaz de cumprir um programa de aulas, qualquer programa julgo eu, improvisador polivalente com rasgos de génio, fosse em Francês, em Matemática ou em Química, fosse em Educação Moral e Cívica, devo-lhe algumas das aulas mais brilhantes que me foi dado ouvir na minha longa vida de estudante.

E uma coisa eu garanto: o saldo deste "tipo inesquecível" da minha infância, pese a crueza da descrição que dele atrás faço, o saldo, dizia, é francamente positivo. O Careca, o Sr. Neves, o Director do Colégio Adamastor, tem uma ficha grande no arquivo da minha memória e foi um dos educadores que me marcaram mais...

Setembro 1984

SER DO HUAMBO

Crónicas do futuro presente e passado

Coisinhas da Chuva - 1

Pela janelinha do avião, assim que apareceu, cá em baixo, o tracejado do rio Keve, todo já contaminado de margem verde, respirada no azul da nuvem transparente que nós atravessávamos no céu, as minhas narinas fizeram um recuo de décadas para as coisas mais essenciais. Eram as marcas de infância. O cheiro a mato. O cheiro da chuva quando, de repente, rebentava sob o esplendor da terra aquecida pelo sol, o rompante do vento, o esvoaçar profético do salalé e o berro quase apocalíptico dos trovões.

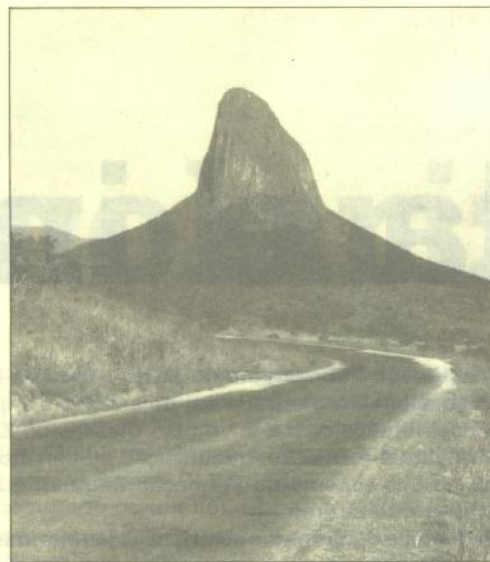
A mãe costumava tapar os espelhos para eles não chamarem as faíscas. E fazia uma reza, parece que era para a Santa Bárbara, mandona das tempestades, trovões, faíscas e outros semelhantes quês. Já havíamos aprendido a contar o tempo entre o raio e o trovão para saber por onde e aonde andava a faísca e, também, nas camas que eram de ferro, o pai mandara-nos colocar, por debaixo de cada pé da cama, pedaços de borracha de pneu de camiã. A gente aprendeu que isso isolava as faíscas, nada de ferro, metais, só assim.

Mesmo quando a chuva rebentava forte e os trovões começavam seu apetite de nos meter medo, sentávamo-nos todos em redor da mãe. Ela largava as agulhas de fazer renda, por causa das faíscas. Iamos buscar uns bocados de borracha de câmara de ar de camiã, bem dura e que só dava fisgas para os grandes com mais de quinze anos, e punhamos os pés por de cima da borracha, também para isolar.

E a mãe começava a rezar, Santa Bárbara, Santa Bárbara.

E só se acendia o candeeiro a petróleo quando o pai chegasse. Era o ritual da chuva. De alegria, mistério e medo.

A nossa casa, no caminho das Cacilhas, era mesmo onde haviam de fazer o Liceu. A casa foi derrubada. E o Liceu subiu.



Mas nesse tempo de sentir a chuva, nessa casa, mangueiras e nespereiras de trepar tarzanices e sugar o néctar das frutas, com, nos fins das tardinhas já em despertar dos grilos para a festa da estrela e do luar, o programa musical que soava do outro lado do rio da granja: do cinema Ruacanã, repetia-se todos os dias, era o "dance bailarine dance" num vozeirão de um tal americano parece chamava-se (falado, não escrito) Bin Crozebi.

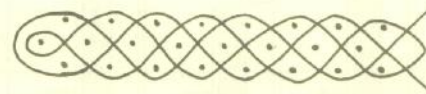
Aí mesmo. Uma faísca deu embora vir ter connosco. O Gavino do Bunjei, compadre do pai, houvera-nos trazido dois sacos de fuba, estávamos sentados em cima dos sacos com os pés em cima das tais borrachas isoladoras. Fomos cuspidos de encontro às paredes. A faísca caíra nas bandas dum vizinho que tinha bois. Morreram dois bois.

No dia seguinte, a mulher do vizinho obsequiou-nos com um naco grande de carne.

A mãe aceitou, agradeceu, mas depois deitou fora sem que a vizinha soubesse. Aquela carne podia dar azar.

E nós, na gula de pensar em bifes e outros aproveitamentos, fomos lá fora, sem medo mais das faíscas, porque qualquer coisa se novidava cantando sobre as telhas da casa. Uma espécie de pacífica resposta à voz do trovão e ao incêndio da faísca. Um mistério que segurávamos com as mãos e metíamos à boca.

Era granizo!



Costa Andrade

A lição dos Sobas

Num outro espaço, tivemos a oportunidade de sublinhar o rigor profundamente contido da tragédia do Soba Grande do Bailundo. A mesma figura venerável de ancião, fez-se acompanhar de seus pares para em Luanda, após visita ao Chefe de Estado, proferirem a sentença de morte do tribalismo e da



divisão do País, no momento em que Savimbi e Valentim, movimentam esses espectros.

A importância das declarações dos Sobas do Bailundo é demasiado grande para passar despercebida, quer interna, quer exter-

na. E será leviandade, ou falta do sentido objectivo que a nossa realidade exige, não levar ao conhecimento da opinião pública internacional e dos organismos internacionais que interferem na vida angolana, a imagem, a voz e a tradução dessas declarações, assim como o próprio relato da odisséia do Soba Grande.

O aspecto mais relevante, que aqui se pretende referir, é aquele que se prende com o desejo último e irreversível do povo inteiro de Angola: a Paz e a democracia para sempre. Os sobas que apelam à necessidade de rearmar os jovens para ir combater Savimbi, apenas reforçam uma insatisfação social que se afigura cada vez mais ampla e que tem a ver com a frustração das expectativas que as eleições ofereceram. O volume dos problemas nacionais que carecem de solução imediata, é tão grande, que só a acção também imediata, como finalmente tem vindo a formalizar-se, permitirá encontrá-las. Hoje, um grupo de facínoras, chefiados por Savimbi, encontra-se sob o julgamento da Nação sendo seus juizes mais implacáveis, as crianças, os jovens e os Sobas do Bailundo. Esse tribunal de todo um povo sofrido exige, em nome de todas as vítimas à dimensão da pátria que não seja contornada a consciên-

(Conclui na página seguinte)

A Ordem Jurídica e o combate à violência sobre a mulher

(Conclusão da página 2)

naqueles em que mais se agudizam as situações de sub-desenvolvimento.

Importa, perante tudo isto, perguntar simplesmente, que fazer?

O mais absurdo na resposta a dar é que em princípio todas estas condutas criminosas já estão previstas na lei. Ela pune as ofensas corporais, as ameaças, o homicídio, etc, o que mostra que não será a lei punitiva que parece faltar.

Mas em nosso entender tampouco as normas, incriminadoras, já existentes na lei penal nos podem satisfazer.

A violência doméstica como facto criminógeno deve de "per si" ser alvo de previsão na lei penal. No conceito de violência doméstica deveriam ser tipificadas condutas criminosas como a agressão corporal entre cônjuges ou companheiros que vivam em coabitação, a expulsão pela força ou por meio de fraude de residência familiar, as relações sexuais praticadas contra a vontade da mulher, etc.

A valiosa experiência levada a cabo no Brasil com as Delegacias das Mulheres demonstra-nos que os órgãos policiais e de investigação criminal de índole penal não se mostram especialmente interessados em perseguir actos como aqueles que atrás enunciamos.

Sabendo o peso que tem hoje a opinião pública, cremos que a divulgação de actos lesivos e vexatórios de que é vítima a mulher nos órgãos de comunicação social deve ser considerada uma primeira arma a não perder.

Outra via imprescindível é a de esclarecer a mulher sobre quais os seus direitos e deveres, dando-lhe a conhecer que as convenções internacionais firmadas a nível das Nações Unidas e organizações regionais, a Constituição e as demais leis, a reconhecem como cidadã a corpo inteiro.

Em Angola, a Organização da Mulher Angolana tem vindo a fazer esse trabalho através dos Centros de Consultas Jurídicas que em Luanda e outras capitais de província estão abertos para dar ajuda às mulheres e também aos homens que ali ocorrem.

No momento presente de grande efervescência social, têm surgido diversas associações femininas tais como as que se dirigem à protecção social da mulher, à defesa da sua saúde na luta contra o Sida, a associação de mulheres empresárias, etc. No meio associativo poderá a mulher validamente afirmar os seus direitos fazendo reflectir na sociedade a força dos seus objectivos.

No mês de Julho último teve lugar em Luanda uma importante mesa redonda promovida pela Secretaria do Estado da Promoção e Desenvolvimento da Mulher, órgão do governo recentemente criado, que num alargado fórum de mais de 150 participantes se debruçou sobre o tema genérico de "A Mulher e o Poder Político". A profundidade e riqueza dos debates que versaram sobre as diversas vertentes da questão, a política, económica e jurídica, ajudou sem dúvida a preparar a mulher para o momento político que se vive no País. Em relação à questão específica da protecção dos direitos da mulher, foi tomada uma resolução no sentido de se propôr a revisão da lei penal quanto aos crimes sexuais e aos crimes contra a família.

Além do mais e sobretudo, cremos que todas já aceitamos que prioritariamente é necessário dar à mulher os meios para garantir os seus próprios direitos, e assegurar-lhe uma base económica imprescindível à sua própria autonomia e independência.

A ordem jurídica não pode ser encarada como um quadro ideal que na sua frieza conceptual enuncie normas que sobreparem sobre a sociedade desinteressando-se sobre se elas são ou não acatadas.

Cabe-nos a nós juristas, como defensoras e aplicadoras dos direitos das mulheres, servirmos de correia de transmissão, impulsionadora do processo, abrindo os caminhos que tornem possível implementar os direitos das mulheres e se permita que todas, mesmo as mais desprotegidas, se convertam em mulheres com plenos direitos.

Comunicação apresentada no 2.º Encontro de juristas Lusófonas, Salvador — Baía, Brasil, Agosto de 1992.

A lição dos Sobas

(Conclusão da página anterior)

cia da nação por razões que se sobreponham ao direito de viver. O julgamento da nação tem vindo já a distinguir os verdadeiros culpados, na engrenagem de violência e crime que se apoderou do nosso país. Mas só será possível a justeza da decisão final, se da lição dos Sobas colhermos a mensagem profunda de que somos na verdade um só povo e uma só nação. O processo que temos vivido nestes quase dois anos, levamos por vezes a dispersar a memória, esquecendo-nos que a ausência desta, proporciona a repetição dos erros, soluções por vezes, sem responsabilidade, em nome de uma política com responsabilidades.

Assim, agora que, ao que tudo indica, se vislumbra um certo desafogo urbano, é imprescindível que se prossiga na busca de soluções globais, ou seja libertar o país definitivamente de qualquer foco de guerra, para reforço da paz e da democracia. Estamos diante da hipótese definitiva: ou os políticos se comportam à altura do "grande desafio", enfrentando-o com competência, ou a crise encontrará a sua solução masoquista. O facto de a nação se ter instituído em tribunal de uns tantos, não implica a absolvição de condutas eventualmente tergiversantes, radicais, liberais, incompetentes, ou aproveitacionistas, que agravam igualmente a agenda de problemas nacionais e lhe acrescentem outros. A democracia exige que se não cultivem preconceitos.

Mas convenhamos que existem conceitos cuja perenidade só ela garante, como sejam os da honestidade, transparência e respeito mútuo, o interesse comum pelos objectivos gerais da Nação, que não podem ser flutuantes nem sujeitos à melhor oferta. Os direitos individuais no Estado de direito, são iguais, assim como a organicidade dos partidos políticos reconhecidos como tais, essenciais ao funcionamento da democracia.

A Unita, como movimento guerrilheiro, está em crise e a caminhar para a derrota definitiva. No entanto o julgamento da nação terá de salvar a Unita, ajudando-a a ser partido político, necessário à mudança histórica operada pelo voto de povo. Esse voto que constituiu uma busca de solução para o problema de representatividade nacional, esse voto indicativo claro da revolução que deve ser feita pelos políticos, antes que o povo e os vários síndromas que a longa espera lhe impõe, e obrigem a fazê-la ele próprio.

Não se trata, como já alguém escreveu, de uma interpretação conspiratória do futuro e da história. Será tão simplesmente um conselho de prudência, uma advertência para os perigos da estrada.

Com os Sobas do Bailundo o povo angolano disse Basta, e pôs-se a caminhar...

— 10 de Janeiro de 1993.

Costa Andrade

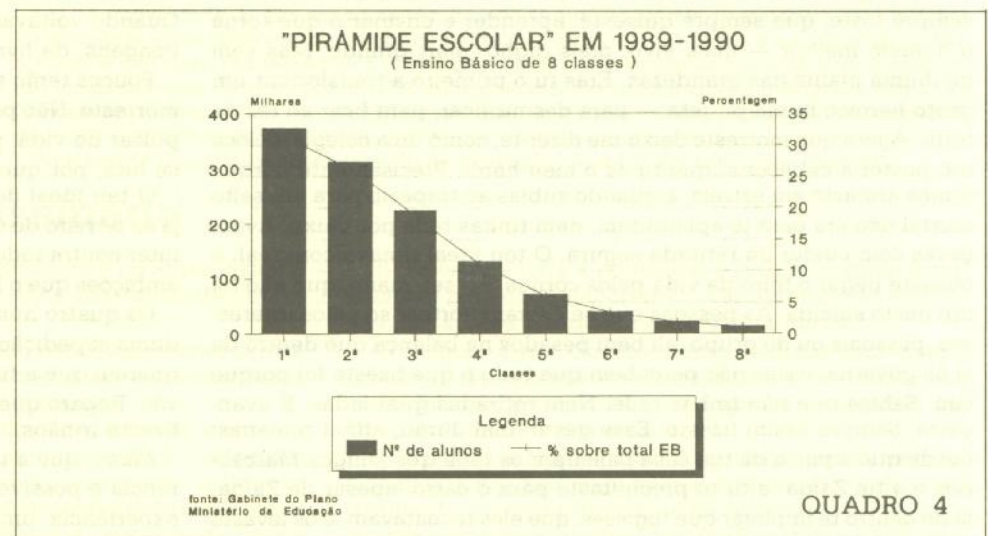


CONTINUANDO

A Criança não escolarizada e insucesso escolar

(Conclusão da página 7)

A própria "pirâmide escolar" actual (Quadro 4) é significativa: de 1.189.963 alunos do Ensino Básico de 8 classes (excluimos de novo a Iniciação), 31,4% estão na 1.ª Classe, 26,3% na 2.ª, 18,8% na 3.ª, 11,0% na 4.ª (isto é, 87,5% no I Nível/Ensino Primário), 6,1% na 5.ª Classe, 3,4% na 6.ª (o que significa 9,5 no II Nível), 1,9% na 7.ª Classe e 1,1% na 8.ª Classe (isto é, 3% no III Nível).



Se esta "pirâmide escolar" corresponde efectivamente a uma série de condicionantes selectivas, nomeadamente económicas e sociais, à medida que a criança ou o jovem ascende no Sistema, facto igualmente grave é que ela corresponde realmente à capacidade actualmente instalada, com uma agravante: enquanto que no I Nível se pratica o regime de três turnos de aulas por dia, este sistema é impraticável nos outros dois níveis.

Esta situação é particularmente preocupante num momento em que o novo Sistema Educativo prevê a extensão do ensino obrigatório de 4 para 6 classes.

Ano	Taxa	Início	1.ª classe	2.ª classe	3.ª classe	4.ª classe	5.ª classe	6.ª classe	7.ª classe	8.ª classe
1985/86	Promoção	36,5	37,8	38,0	39,8	41,5	31,5	25,7	31,0	74,9
	Repetência	27,0	35,3	36,9	31,1	29,8	39,3	38,8	36,3	29,2
	Abandono	36,5	26,9	25,1	29,1	28,7	29,2	33,5	32,7	45,7
1986/87	Promoção	64,4	42,4	39,9	40,4	45,1	22,7	18,6	22,9	20,3
	Repetência	03,4	30,3	33,1	27,6	28,5	24,6	21,9	16,5	15,2
	Abandono	32,2	27,2	27,0	32,0	26,4	52,7	59,5	60,6	64,5
1987/88	Promoção	66,9	43,9	45,3	47,7	45,4	40,9	41,4	45,4	50,0
	Repetência	01,7	30,9	31,4	28,2	24,9	37,6	36,6	34,9	33,8
	Abandono	31,3	25,1	21,8	24,6	29,2	22,3	21,8	19,8	16,0
1988/89	Promoção	66,6	43,0	46,0	47,9	47,4	43,2	40,1	47,6	43,4
	Repetência	02,0	31,2	30,5	29,3	27,4	33,8	34,1	23,0	31,3
	Abandono	31,4	25,8	23,5	22,8	25,2	23,0	25,8	29,4	25,3
1989/90	Promoção	66,5	45,1	45,3	49,7	52,9	47,5	42,5	44,4	39,6
	Repetência	00,4	28,7	32,0	28,7	24,1	34,2	34,3	30,9	29,4
	Abandono	33,1	26,2	22,7	21,6	23,0	18,3	23,2	24,7	31,0

Apresentamos no mapa acima as taxas médias de aproveitamento, repetência e abandono escolares no quinquénio 1985/86-1989/90. Começa por ser nitida uma queda da taxa de aproveitamento entre a 4.ª e a 5.ª Classes compensada com um relativo aumento entre a 6.ª e a 7.ª, situando-se em regra as taxas mais elevadas na 8.ª Classe (fim do Ensino Básico). Esta imagem é corroborada pelas taxas de repetência, bastante mais elevadas na 5.ª do que na 4.ª Classe e sensivelmente inferiores na 7.ª em relação à 6.ª



Não havendo ainda qualquer estudo de carácter sociológico sobre esta problemática parece-nos que, nestes casos, desempenham um papel primordial dois factores: de um lado a tradicional e universal mudança de metodologia de ensino — de um ensino unificado e integrado ministrado por um só professor (no primário), para um ensino organizado em disciplinas distintas, com diversos professores (ensino secundário); em segundo lugar, e agravando essa situação, está a organização da rede escolar: a transição da 4.ª para a 5.ª Classe representa para muitos a transição da aldeia para o município, da família para uma sociedade mais ampla, desconhecida e "agressiva".

Joaquim Manuel Silva



Uma carta para o meu mano David *

Escrever-te é trazer-te para aqui, sentar-te a esta mesa, é acender, como uma fogueira, aquelas conversas tão tuas — tão nossas — sempre a crepitar de riso, mesmo quando o assunto era para chorar.

Mas agora a gente chora mesmo e não consegue meter a tua morte dentro da nossa vida e continuar como dantes. Tu dás de ombros, naquela tua maneira brincalhona, a dizer euá. É claro que a gente vai continuar vivendo sem ti, fazendo a nossa vida, por assim dizer. Mas somos outros. É esse o efeito que, dizem os que falam dessas coisas, os Mestres têm sobre os que por ele são iniciados. (Ris-te, eu também) Ah! meu grande iniciador! Mas olha que é isso mesmo que tu és! Que sempre foste, que sempre quiseste: aprender e ensinar o que torna o homem melhor — mais vivo, mais digno, mais grande. Mas sem nenhuma mania das grandezas. Eras tu o primeiro a transformar um gesto heróico numa pirueta — para desmitificar, para ficar ao rés da terra. Agora que morreste deixa-me dizer-te, como uma colegial coloca um poster à cabeceira, que tu és o meu herói. Precisamente porque nunca armaste em estrela, e quando subias ao trapézio para um salto mortal não era para te aplaudirem, nem tinhas rede por baixo. Avançavas sem cuidar da retirada segura. O teu ideal rimava com real, e ousaste pegar o toiro da vida pelos cornos. Eu sei, mano, que não foi um gesto suicida. As pessoas que se deixam nortear só pelos interesses, pessoais ou de grupo, ali bem pesados na balança que dentro de si os governa, essas não percebem que tudo o que fizeste foi porque sim. Sabias que não tinhas rede. Nem retiradas guardadas. E avançaste. Sempre assim fizeste. Esse gesto final durou, afinal semanas: desde que à porta da tua casa balearam os teus três amigos Marcelinos e a tia Zaida, e tu te precipitaste para o carro, apesar da Zaida, lá de dentro te implorar que fugisses, que eles te matavam, e os levaste para o quintal, e salvaste a Zaida, e imagino o que sentiste a braços com os três amigos esfacelados pelas balas. Vi-te, em filme, no cemitério — no dia seguinte. Vi-te lançar o teu punhado de terra sobre os seus caixões. E ouvi-te dizer, conseguir dizer a tua mensagem final: que recorrem à violência os que não se sabem bater por ideias. (Eu oiço ideal.) Daí até à tua morte foi um passo — nesse caminho que foi a tua vida de nunca recuar. Creio que começaste a morrer quando te misturaste com o sangue e os corpos esfacelados dos teus amigos. Uma parte de ti ficou com eles, e a outra, a que continuou viva, ainda mais destempeu a morte.

Tu, que tinhas uma família de sangue tão numerosa, que sempre cultivaste com tanta aplicação e carinho, onde quer que chegasses púnhas-te logo a brincar às famílias. São muitos os manos que foste fazendo pela vida fora, pelo mundo fora.

Lembras-te desse Novembro de 63 em que desembarquei em Paris, num café em frente do Luxemburgo, fugida à Pide? Mal nos conhecíamos, e tu estavas lá de passagem. Eu carregava uma mala muito pesada, com o chumbo de alguns livros, demasiado pesada para quem desembarca só, numa terra estrangeira. E tu ajudaste-me a transportar a mala e sobretudo a carregar um fardo mais penoso, a ausência de mim que tinha ficado na minha terra, com os meus três filhos pequenos, com a minha gente, com os meus projectos. E até me recitaste versos, dos muitos que sabias de cor e estavam sempre a vir a propósito — como quem embala os sobressaltos do sono de um menino.

Mas ah! agora me lembro: já antes, no princípio desses anos 60, me tinhas acolhido numa maneira que parece tão outra e já é tão a mesma! Foi assim: brincávamos ao Carnaval na casa da Manuela Cabral (lembras-te?) e tu, que sempre foste o mandador de todos os bailes, desencadeavas os tais brindes libertários e a canção do contrabandista, que tinhas aprendido no coro do Lopes Graça: «Eu hei-de morrer de um tiro/Ou numa faca de ponta/ Se hei-de morrer amanhã/Morra hoje, tanto monta». Era o nosso hino, o da tal «esquerda romântica», por que assumias militar num artigo do teu *Jango*, pouco antes do tiro te acertar — meu querido contrabandista do ideal, sempre alvejado dos dois lados da fronteira!

Mas estava eu a contar que dessa vez, creio que a primeira em que te vi, eu estava muito grávida, de um par de gémeos que nasceram dois meses depois. Apesar disso pulava-me o pé para a dança, que então era aos pares. Não arranjava era parceiro, não lhes devia dar jeito, ou então temiam o ridículo, e eu já estava toda triste. Então apareceste tu, com esse sorriso muito dentuça que tanta falta vai fazer às nossas vidas, e rodopiámos juntos. Assim te quero para sempre na minha lembrança: desafiando o bom-senso, acudindo ao apelo da alegria, oferecendo um pé de dança a quem tinha fome de dançar. És tanto tu nesse gesto generoso e lúdico como nos outros todos que foram a tua vida e em que te deste aos que de ti precisavam — mesmo quando te voltavam as costas ou, pelas costas, te apunhalavam.

Afinal nunca cheguei a ir aí — isto é, à tua terra. Poucas horas antes de saber da tua morte ocorreu-me (sabe-se lá porquê) que era urgente

ir a Angola, que o meu projecto precisava de falar com o teu. Vinha de avião, de Paris, e falava com um amigo que te tinha visto uma vez comigo, e, vá-se lá saber porquê, pusémo-nos a falar de ti. Quando desembarquei soube que te tinham assassinado.

Lembro-me de ti com várias paisagens de fundo: Paris, as mais das vezes, mas também Amsterdão, Lisboa, e até Almada aonde me tens vindo visitar. Da última vez fomos juntos à chamada Praça dos Ciganos comprar roupas, muitas e baratas, para a tua gente do Huambo. Perguntei-te pelas tuas orquídeas. E contaste-me da tua horta, com que abastecias a tua comunidade de amigos — e não só. Disseste-me, a rir (como sempre fazias para desdramatizar tudo) que a vossa comida era sempre **arroz com fiapos** de — chouriço, conserva, etc...

Mas na minha memória de ti foi em Paris que poisaste mais vezes, nas tuas idas e vindas da África natal, o chão da tua raiz. O pássaro que foste tinha garras em forma de raiz. Lembro-me que a um pássaro enregelado pelas Europas do Norte te comparavas numa das tuas cartas... Mas como gostavas de andar pelo mundo, «a ver coisas bonitas», como dizias, essas que tão bem sabias partilhar com os outros! Quando voltavas ao teu chão trazias a mochila cheia de música, de imagens, de livros.

Poucos terão sabido como tu o que é ser irmão de alguém. Por isso morreste. Não por uma utopia desencarnada: o teu ideal teve sempre pulsar de vida, presença de gente — com quem se vive, com quem se luta, por quem se luta. Com quem e por quem se morre.

O teu ideal dos últimos meses deu pelo nome de **Jango** — agora já só terreiro de capim, para alimentar e curar, mas folha impressa para lutar contra todos os fanatismos que deseducam o homem, contra as ambições que o bestificam, contra os catecismos de todas as espécies.

Os quatro números do *Jango* que publicaste são o diário de bordo duma expedição em que quase todos foram alvejados. Os que ficaram querem que a tua morte, que as vossas mortes, não tenham sido em vão. Reparo que é preciso falar da tua morte no plural. Até na morte fizeste irmãos.

Mano, que a tua morte sirva para aprendermos contigo que a coerência é possível. Que nos dês o exemplo de nunca deitar fora uma experiência, um amigo, um ideal. E que se saiba que o teu ideal não foi um gesto suicida no palco, mas a longa labuta duma vida, o fervor continuado de uma escolha cotidiana: viver com os outros (tão difícil!), viver para os outros, mas sem deixar nunca de debicar, pipilando, todas as migalhas de prazer que a vida vai concedendo.

Mano, meu mano, venha daí o abraço de sempre — agora mais comedido para te poder alcançar.

TERESA RITA

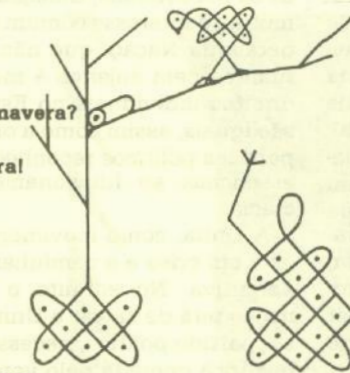
* Lida na homenagem prestada no Teatro Vilaret de Lisboa em 21/12/92

ENTRE MARÇO E ABRIL

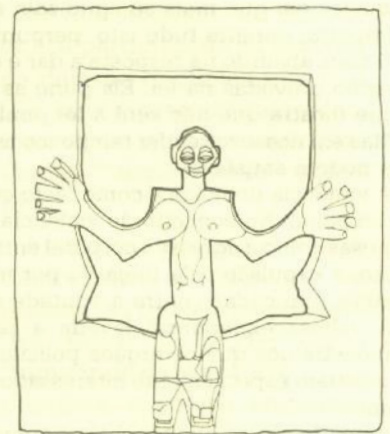
Que cheiro doce e fresco,
por entre a chuva,
me traz o sol,
me traz o rosto,
entre março e abril,
o rosto que foi meu,
o único
que foi afago e festa e primavera?

Oh cheiro puro e só da terra!
Não das mimosas,
que tinham já florido
no meio dos pinheiros;
não dos lilases,
pois era cedo ainda
para mostrarem
o coração às rosas;
mas das tímidas, doces flores
de cor difícil, entre limão e vinho,
entre marfim e mel,
abertas no canteiro, junto ao tanque.

Frésias,
ó pura memória
de ter cantado —
pálidas, fragantes,
entre chuva e sol
e chuva
— que mãos vos colhem,
agora que são mortas
as mãos que foram minhas?



Eugénio de Andrade, 1966-1968



Com a devida vénia, transcrevemos um extracto do Diário lisboeta «A Capital»:

Esclarecer e homenagear

Alguns dias de paragem forçada obrigaram-me a interromper, nas duas últimas semanas, o convívio com os meus leitores.

Há momentos em que, infelizmente, são os médicos quem mais ordena. Embora não me inclua no grupo dos «muitos obedientes», desta vez não tive alternativa.

Aliás, neste momento, pelo acto da escrita, estou a cometer o «pecado» de desobediência, mas por duas razões de peso [...], [uma das quais é] para mim igualmente urgente e necessária. É para lamentar a morte do médico angolano David Bernardino, «assassinado à queima-roupa por um comando de três homens», reza a notícia do «Público».

Conheci-o há poucos meses em Lisboa, por intermédio de uma colega, a Manuela Cabral. Trazia na cabeça o projecto de um jornal e no olhar o brilho da determinação. O jornal nasceu: «Jango» é o seu nome.

Nome simbólico: «Jango» designava a cabana onde se reunia o conselho dos mais velhos, o lugar das tomadas de decisão. Onde, local de acolhimento, de debate, ponto de encontro.

Assim era o «Jango» que David Bernardino criou. Pediu-me autorização para publicar periodicamente excertos das minhas «Dúvidas do Falar Português». A escolha do excerto para o primeiro número não foi por acaso, julgo, sobre «Acordos». Até parece que, premonitoriamente, David Bernardino pressentia que os desacordos lhe seriam fatais.

Outros acordos, está bem de ver. Não foram os desacordos linguísticos, foi sim o desrespeito pelos acordos políticos, a violência que vitimou um amigo da língua portuguesa.

Estou certa de que não só os seus doentes mas também a cultura angolana ficaram mais pobres.

Espero que, apesar de tudo, «Jango» continue como o espaço de diálogo, «onde entram todos os que não vêm para ferir e onde se fala, se trabalha, se ri, se aprende e se discutem as coisas grandes e pequenas». Oxalá!

Edite Estrela

As razões do bem falar

Agradecemos à Dra. Edite Estrela, filóloga portuguesa, a autorização para utilizar o tão útil material dos seus livros «Dúvidas do Falar Português».

Emprego de «Por que», «Porque», «Porquê» e «por qué»

Nas frases seguintes escreveria «por que» ou «porque»?

- «Se o futuro dos que trabalham na sua empresa o preocupa, não constitui um fundo de pensões?»
- «..... é que chamaram o técnico?»
- «..... razão o ensino há-de ser o sorvedouro intermínível de deslocados a leccionar a contragosto?»
- «..... cai Lisboa?»

Em todas elas se deve escrever «por que».

Por que resulta do agrupamento da preposição por com o pronome interrogativo que (exemplos supra), ou com o pronome relativo que, podendo ser substituído por: pelo qual, pela qual, pelos quais, pelas quais: «Foi esse o motivo por que não te falei».

Por que vem associado a palavras como motivo e razão, ainda que não expressas.

Porque pode ser uma conjugação causal («Não vou, porque não quero»), uma conjunção final («Tudo farei porque fiques») e um advérbio interrogativo («Porque o olhar-me tanto me encareces?»).

Qué e porqué são formas tónicas de que e porque, usadas antes de pausa ou isoladamente: «O qué?», «Diz-me porqué».

Música erudita, clássica?

Em rigor, tendo em conta o sentido original do adjectivo erudito(a) — «instruído, hábil, sábio, perito em; que é douto, sabedor, muito instruído; em que há grande soma de conhecimentos» —, não é muito curial o «casalamento» música erudita. Seria preferível, numa perspectiva purista, dizer/escrever «música para eruditos». Não é, contudo, essa a prática vigente.

A expressão mais corrente ainda é música clássica. Mais corrente e mais correcta, acho eu. Música clássica é designação tão adequada como literatura clássica. «Compositores clássicos», a par de «escritores clássicos». Onde ser legítimo falar-se dos «clássicos» da música e dos «clássicos» da literatura, que os entendidos de uma outra arte bem conhecem.

É verdade que se «mete no mesmo saco», ou se preferirmos, no mesmo frasco com o rótulo de «clássicos» da música, Schutz e Vivaldi (século XVII), Bach e Mozart (século XVIII), Beethoven e Schubert, Liszt e Chopin, Wagner e Verdi (século XIX) e até os «contemporâneos» Stravinsky e Ravel. O que não deve causar estranheza se pensarmos noutros domínios artísticos, nomeadamente na literatura. Tão «clássico» é Homero como Tolstoi, Camões e Eça... Como defende Yung, o símbolo, enquanto procede do inconsciente ou do arquétipo, é comum a todos. Uma vez que encontra à superfície do mundo consciente as imagens locais e epocais, não pode deixar de reflectir o tempo, o lugar e a pessoa concreta. E a aceitarmos a definição do psicólogo A. Ehrenzweig — a música é uma linguagem simbólica do entendimento inconsciente —, não só a análise musical se torna impossível, como se complica o problema da adjectivação.

Seja como for, importa recordar que o uso reclama para o adjectivo clássico o sentido de «paradigmático, modelar». Ser um clássico da música ou da literatura é ser um modelo, uma referência de um tempo e de uma escola e não necessariamente ter vivido na Época Clássica.

Ainda quanto à adjectivação aplicada à música — abundante em tratados da especialidade e em enciclopédias: abstracta, profana, sacra, de dança, de câmara, instrumental, livre, gregoriana, litúrgica, mensural, de cena, de cinema, militar, popular, descritiva, sinfónica, de jazz, electrónica, concreta, etc. —, ajudará saber que, muitos séculos antes de Cristo, os Gregos aceitavam divisões na música, como testemunha Platão, em *As Leis*: «Entre nós a música estava dividida em várias classes e estilos. Uma classe de música era a das preces aos deuses, a que se dava o nome de "hinos"; opostamente a esta, uma outra classe melhor dita "endechas" ou lamentos fúnebres; "hinos de louvor" formavam outra classe; e outra ainda eram os "ditirambos", nome dado por Dionísio, segundo creio. Também se consideravam como classe distinta de canção os "nomos", tendo sido posteriormente descritos como "nomos citaródicos". Assim classificados e fixados estes e outros géneros, era proibido dar-se um certo tipo de letra a uma classe diferente de melodia...»

Antes de terminar, porque também eu não gosto da designação «música erudita», chamo a atenção para o facto de certas músicas, consideradas menores num dado momento, terem adquirido grande prestígio noutro. É o caso da valsa, considerada obra do diabo, e que mereceu as atenções de Chopin, Strauss e Mahler, por exemplo.

E o jazz, música de bordel e de outros recintos de marginalidade, não deixou por isso de marcar uma época e um povo. De música para «não eruditos» tornou-se música de «eruditos». É o resultado da evolução.

Jango
LÊ-SE
NAS LINHAS

**AÉREAS
INTERNACIONAIS**
TAG LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES

Help With English



I. Uses of Should (O uso de "should")

- A. Example: 7.15/getup
It's 7.15 so he should be getting up.
(Exemplo: 7.15/levantar
Como são 7.15 ele deve estar a levantar-se).

Exercise: If a person does the same thing every day at the same time we can tell what he should be doing now. Make sentences like the example.

(Se uma pessoa faz a mesma coisa todos os dias à mesma hora sabemos o que deve fazer agora. Escreva frases como o exemplo).

- 7.30/have breakfast (7.30/tomar o pequeno almoço).
- 9.00/start work (9.00/iniciar o trabalho)
- 12.30/have lunch (12.30/almoçar)
- 5.15/leave the office (5.15/sair do escritório)
- 6.30/have dinner (6.30/jantar)

- B. The use of should to point out inequalities. (O uso de "should" para mostrar desigualdade).

Example: Why should some people be rich while others are poor?
(Exemplo: Por que hão-de algumas pessoas ser ricas enquanto outras são pobres?)

Exercise: Write sentences like the example. (Exercício: Escreva frases como o exemplo).

- eat well/starve — (comer bem/sofrer de malnutrição)
- happy/miserable — (contente/ infeliz)
- in palaces/slums — (em palácios/bairros de lata)
- succeed/fail — (ter sucesso/falhar)
- have everything/nothing — (ter tudo/nada)

II. Prepositions (Preposições)

- My sister is good crochet. (A minha irmã é muita boa a fazer croché).
- Are you pleased your new car? (Está contente com o seu carro novo?)
- I know that I can rely you to help. (Sei que posso confiar na sua ajuda).
- I am tired watching the television serial every night. (Estou farta de ver a telenovela todas as noites).
- A letter arrived my friend in Paris yesterday. (Uma carta chegou ontem do meu amigo em Paris).
- William apologised the teacher for arriving late. (Guillermo desculpou-se ao professor pelo seu atraso).
- The thirsty man longed a glass of beer. (O homem cheio de sede desejava um copo de cerveja).

III. Proverbs (Provérbios)

- One doesn't make a summer.
 - Don't put all you in one basket.
 - A is as good as a mile.
 - makes the heart grow fonder.
 - is the best policy.
 - One good deserves another.
- (Alguns destes provérbios têm equivalentes portugueses: 1 — Uma andorinha não faz a primavera. 3 — Perdido por um perdido por mil. 5 — Quem não deve não teme. 6 — Amor com amor se paga).

Correct answers. (Respostas correctas).

I. A
1 It's 7.30 so he should be having breakfast.
2 It's 9.30 so he should be starting work.
3 It's 12.30 so he should be having lunch.
4 It's 5.15 so he should be at the office.
5 It's 6.30 so he should be having dinner.

I. B
1 Why should some people eat well while others starve?
2 Why should some people be happy while others are miserable?
3 Why should people live in palaces while others live in slums?
4 Why should some people succeed while others fail?
5 Why should some people have everything while others have nothing?

II
1 at 2 with 3 on 4 of 5 from 6 to 7 for

III
1 swallow (andorinha)
2 eggs (ovos)
3 miles (milhas)
4 absence (ausência)
5 honesty (honestidade)
6 turn (a good turn = um acto da generosidade)

APRENDA E DIVIRTA-SE

Jogos Lógicos

1.º JOGO

Um homem flutua numa piscina, sentado numa bóia. Tem na mão um copo, contendo um cubo de gelo. Se deitar o cubo de gelo para a água, o nível desta subirá:

- No momento em que o cubo cai à água?
- No momento em que o cubo fica totalmente derretido?

2.º JOGO

Esta série de palavras segue uma regra lógica:

MÍSERO
DEPOIS
IDOLATRO
PASTÉIS
BISCOITO

Das palavras que se seguem, qual poderá continuar a série:

PÉS
INTRÓITO
CASTANHO
GENTE
GONZO

3.º JOGO

Três sócios utilizam o mesmo cofre para depositarem o dinheiro da sociedade. No entanto, a confiança que reina entre eles é bastante limitada. Resolvem colocar várias fechaduras diferentes no cofre e distribuir as chaves de tal modo que:

- Nenhum deles possa abrir a porta sozinho;
- Dois deles possam, em comum, utilizar as chaves para abrir a porta.

Como estão colocadas as fechaduras e distribuídas as chaves?



RESPOSTAS

1.º JOGO
O nível da água permanece o mesmo. Enquanto está no copo, o cubo de gelo contribui para deslocar um volume de água igual ao seu peso. Quando cai à água, enquanto não se dissolve, flutua e continua a deslocar um volume de água igual ao seu peso. Depois de derretido, acrescentou à água da piscina o volume de água que continha, isto é, um volume de água igual ao seu peso.

2.º JOGO
As palavras da série rimam, sucessivamente, com os números ZERO, DOIS, QUATRO, SEIS, OITO. A palavra seguinte deve rimar com dez. PÉS é a que convém.

3.º JOGO
Basta colocar três fechaduras na porta do cofre. Designe-mos as fechaduras pelas letras A, B e C. A repartição das chaves será:
— Primeiro sócio: chave de A e chave de B;
— Segundo sócio: chave de B e chave de C;
— Terceiro sócio: chave de A e chave de C.
Deste modo, cada sócio tem duas chaves e não pode abrir a porta sozinho.
Basta que esteja acompanhado por qualquer dos outros dois para poder abrir as três fechaduras.



Notas & Reflexões

Fernando Oliveira

1. Na voragem deste tempo, vertiginosamente acelerado e dramaticamente marcado por tantos e variados infaustos acontecimentos, já lá vão quatro meses sobre esse magnífico espectáculo de todo um povo a dar-se corpo e voz num processo eleitoral exemplar. Foi, primeiro, a autêntica epopeia do registo, tão entusiasticamente levada a cabo, apesar das dúvidas de muita boa gente, incluindo a própria ONU que, algo paternalisticamente, parecia não acreditar. Foi, depois, o fragor da campanha, empenhando multidões, aberta, transparente, não obstante a persistência de feudos a ela inacessíveis, com largas reservas de eleitores amarrados em pseudo zonas libertadas. Foi, por fim, a participação massiva, generosa, entusiástica, no acorrer às urnas, horas e horas a fio nas bichas, o orgulho do dedo sujo, o ingente esforço dos brigadistas e esses insignificantes cerca de 8% de abstenções, invejáveis para tantos países organizados e politizados.

De entre as muitas e belas imagens que na altura os "media" difundiram entre nós e para o mundo, recorde, comovente, aquela do pastor cuanhama a ser perguntado, depois de entregue o seu voto, como se sentia. A resposta veio rápida: "livre". O repórter da TV insistiu, com a pergunta de chapa que vinha fazendo a todos os interpelados: "não se sente feliz?". Ao que o pastor retorquiu de imediato, não sem uma ponta de troça para o cidadão jornalista: "e então livre e feliz não é a mesma coisa?"



2. Na recente prova de acesso à nossa Faculdade de Direito, pedia-se aos examinandos que, em algumas linhas, falassem do significado das eleições de 29 e 30 de Setembro para a democracia em Angola. Quem, como nós, tivesse tido a oportunidade de ler as "redacções" dos cerca de quinhentos candidatos, provenientes de todo o País, ficaria certamente impressionado com a apreciação generalizada, para não dizer unânime, que nelas era feita sobre a exemplaridade do processo eleitoral. Afirmações convicidas sobre o grande espírito cívico e o alto grau de maturidade ostentado por todo o povo angolano foram a tônica dominante, e feitas de uma forma tão orgulhosa e embevecida que chega a ser emocionante.

Nisso, e por uma vez, tinha razão Savimbi, quando na sua "mensagem" patética (no sentido do étimo grego) de 3 de Outubro, afirmou que ninguém mais, para além do povo angolano, poderia dizer se as eleições tinham sido livres e justas...

A resposta está aí, e só não a vê quem não quer ver.

3. E, no entanto, o juízo da Comunidade Internacional, por via da generalidade dos observadores para aqui destacados e, institucionalmente, das Nações Unidas, também se pautou pelo mesmo diapásão, embora, com alguma incoerência, não esteja ela a tirar do facto todas as consequências que se impunham. Creio bem que nem sempre se vai ao fundo do que realmente significa, de um ponto de vista político e jurídico, o histórico pronunciamento da Sra. Anstee ao julgar as eleições angolanas justas e livres. De facto, o investimento que a Comunidade Internacional fez na solução pacífica do conflito angolano, entretanto internacionalizado, assentou nessa pedra basilar que era a das eleições multipartidárias, preparadas e realizadas sob controlo internacional, ou seja, verificáveis e aceites pelo mundo organizado. Essas foram as regras do jogo, previamente traçadas desde Bicesse, garantidas pelos três Países observadores e pelas Nações Unidas, sufragadas pelos membros desta Organização, e tais regras havia que as cumprir até ao fim.

A desqualificação ou banalização do julgamento das Nações Unidas não deixa de ser frustrante e chocante. A bem dizer, é o prestígio e autoridade da própria Organização mundial que assim são postas em crise, num dos processos que se pretendia exemplar e desbravador de perspectivas para a solução de outros conflitos noutras partes do mundo. Que o menoscabo venha da parte da clique dirigente da Unita, ao sabor de uma lógica abstrusa e paranóica — segundo a qual a realidade ou é como ela quer que seja ou não existe —, ainda se compreende, sem se aceitar. A cabala da "fraude massiva e generalizada" vai certamente ficar na história da mais rematada e mirabolante invencionice, de quem insulta a inteligência e o bom senso das pessoas, acusando à toa, sem provas nem seriedade. Mas que tais propósitos sejam, ainda que envergonhadamente, por acção ou omissão, cobertos por certos países ocidentais, estrénuos defensores da democracia, e algumas escassas mas activas personalidades, democratas dos quatros costados, é algo que ultrapassa uma mediana capacidade de entender.

Não posso, contudo, deixar de sorrir quando vejo navegar nas mesmas águas turvas o meu colega de Faculdade e de tantas renhidas lutas associativas anti-fascistas Joãozinho Soares (era assim que o tratávamos entre companheiros), ele que propalou, antes das eleições, a sua íntima convicção de que a Unita iria ganhar, simplesmente porque essa era "uma lei universal", inelutável e jamais desmentida, a de que o voto castiga sempre os regimes totalitários... Quanta altaneira sapiência, meu Caro João, quanta supina ignorância sobre este povo, este país, esta "África nossa"!



4. Acreditem que a postura dos Estados Unidos em relação a Angola, ao longo de todos estes anos, dava bem uma magnífica tese de doutoramento, de tão complexa, riquíssima de variações, tergiversações e contradições ela se mostra. A debatida questão do reconhecimento (primeiro, do nóvel Estado da República Popular de Angola, e depois, ao que parece, do novo Governo) é disso um notável exemplo e chegaria para baralhar e confundir qualquer estudante do direito internacional e da ciência das relações internacionais.

Já não me refiro às sucessivas e cada vez mais exigentes condições postas pela grande potência ao mencionado reconhecimento, numa clara manifestação de desrespeito pelas promessas publicamente avançadas, pela palavra dada... Assinalo, apenas, essa derradeira mostra de "real politik" da moribunda administração Bush, que é pretender preservar um papel no processo angolano, continuando a "mediar" as alegadas "partes". Por isso, e com tal pretexto, o famigerado reconhecimento haveria de ficar para depois da 2.ª volta das presidenciais...

O que é curioso é que é sabido que os Estados Unidos sempre defenderam e puseram em prática, na sua política jurídica externa em matéria de reconhecimento de novos Estados ou novos Governos, a chamada "doutrina da legitimidade", vale dizer,



arrogam-se o direito de apenas reconhecerem os poderes políticos que, a seus olhos e à luz dos seus critérios, são taxados de "legítimos". E legítimos, porque nascidos ou emergentes de processos ou meios que eles próprios consideram "legítimos". Neste caso, ao poder político angolano saído das eleições, para ser legítimo, faltar-lhe-ia o fechar do processo, com a eleição do presidente.

Mas, **primo**, porque não questionam porque é que, e por culpa de quem, o processo não se completou? **Secundo**, eleito o Parlamento e encontrado, por via da maioria legislativa, o Governo, tudo de acordo com as regras do jogo jurídico-constitucionais previamente definidas e aceites pela "outra parte", não estão preenchidos, "**legitimamente**", mesmo num regime semi-presidencialista, os elementos mais importantes e significativos do poder político? **Tertio**, não há, também aceite pela "outra parte", uma disposição constitucional expressa, segundo a qual o presidente em exercício vê o seu mandato estendido até à eleição do novo presidente, como aliás é normal em qualquer país "civilizado"? **Quarto**, mas não por fim, o presidente que vê assim, forçadamente, prorrogado o seu mandato, não é, por coincidência, o mesmo candidato que obteve na primeira volta, e por margem significativa, a maioria dos votos deste Povo?

Tudo isto parece linear e cristalino. Mas adiantará esgrimir a lógica, o direito e o bom senso, face à cegueira arrastada dos preconceitos ideológicos?

Jango

MENSAL

Propriedade: EDIÇÕES JANGO, LDA — HUAMBO

Fundador: DAVID BERNARDINO

Director: DARIO DE MELO

Colaboradores: C. Pinto, F. Oliveira, Liz Matos,

L. Bernardino, M. C. Neto, Ruth Lara, Sandra Roque

Sede: Caixa Postal 28 — Huambo

Administração: Caixa Postal 3335 — Fax 393425 — Luanda

Execução gráfica: LITO-TIPO, LDA. — Luanda

Tiragem: 5 000 exemplares